

## **Colegas delegados,**

Este caderno, no qual contam o texto referência e as emendas apresentadas por nossos associados, tem como finalidade facilitar o entendimento e a reflexão sobre as propostas que condizem com a nossa luta e enfrentamento contra o governo municipal, em defesa dos direitos e reivindicações da categoria e dos trabalhadores em geral, durante os debates que realizaremos no 19º Congresso do SINPEEM, que ocorre de 4 a 7 de novembro, no Palácio das Convenções do Anhembi.

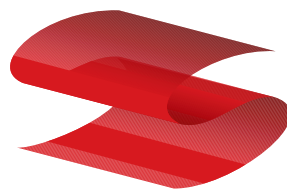
Somente por meio de decisões conscientes e responsáveis poderemos manter a nossa busca contínua pela qualidade da educação pública para todos.

***UM BOM CONGRESSO A TODOS!***

**A DIRETORIA**

**CLAUDIO FONSECA**

Presidente



**SINPEEM**

**SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM  
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP**

*Obs.: os textos e a revisão dos mesmos são de EXCLUSIVA responsabilidade dos autores.*

## 19º CONGRESSO

### “EDUCAÇÃO PÚBLICA: REFLEXÃO E DIÁLOGO ENTRE A ESCOLA E A SOCIEDADE”

## TEXTO REFERÊNCIA

# 1 – CONJUNTURA INTERNACIONAL

1.1 - Os Estados Unidos estão vivendo o que vem sendo considerada pelos analistas econômicos como a mais devastadora crise financeira desde a grande depressão dos anos 30, quando a queda da Bolsa de Nova Iorque criou um círculo vicioso envolvendo a diminuição da procura, a falência de empresas, elevação do índice de desemprego e, conseqüentemente, a diminuição do poder de compra.

1.2 - O governo do republicano George W. Bush é apontado como principal responsável pelo atual panorama da maior potência econômica do planeta. Sua administração neoliberal, com políticas de intervenção e desrespeito à soberania dos povos e nações é acusada de ignorar a classe média, aumentar gastos com a indústria bélica, reduzir a proteção aos consumidores e beneficiar os grandes banqueiros.

## EMENDA ADITIVA

### FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ACRESCENTAR OS PARÁ- GRAFOS 1.2.1 AO 1.2.3:

1.2.1 - Diante da crise estrutural em que se encontra o capitalismo e como tal crise nasce nos Estados Unidos, seus desdobramentos são vistos em todo o planeta e não poupará os países da periferia do capitalismo.

1.2.2 - Por mais de duas décadas os capitalistas defenderam que o Estado não deveria intervir na economia, isso para não atender às demandas dos trabalhadores: as políticas públicas. No entanto, assistimos os Estados aplicarem trilhões de dólares para salvar bancos e empresas. Enquanto os trabalhadores amargam arrocho salarial, juros altíssimos, superávit primário, educação precária etc.

1.2.3 - Somada à soma incalculável de dólares já gasto em sua guerra no Iraque, país que tem resistido, o governo norte americano é obrigado a admitir que a crise ganha dimensões incontrolláveis. Tal incontrollabilidade é próprio do sistema e ganha dimensões incomensuráveis, podendo levar, caso não haja respostas organizada dos trabalhadores, ao avanço da barbárie, uma vez que o capitalismo tentará impor aos trabalhadores os custos desta crise.

**1.3** - Na tentativa de conter a crise, que parece muito longe do fim, o governo Bush conseguiu aprovar no Congresso dos EUA a “Lei de Estabilização Econômica de Emergência”, um plano de socorro aos bancos, orçado em US\$ 700 bilhões. Entre os principais pontos do plano estão:

- a)** do total de US\$ 700 bilhões requisitados pelo Tesouro dos EUA, uma parcela de US\$ 250 bilhões será liberada imediatamente e outros US\$ 100 bilhões somente se o presidente George W. Bush julgar necessário;
- b)** o Congresso pode reter os US\$ 350 bilhões restantes se não estiver satisfeito com o desempenho do programa;
- c)** além dos US\$ 700 bilhões, foram incluídos mais US\$ 150 bilhões em corte nos impostos da classe média, de pequenos empresários e de famílias vítimas de acidentes naturais;
- d)** os contribuintes receberão direitos de compra de ações, das quais poderão se beneficiar assim que as empresas atingidas pelo programa se recuperarem;
- e)** o governo americano limitará os ganhos dos principais executivos das companhias participantes do programa, que não poderão receber salários acima de US\$ 500 mil por ano. As empresas que descumprirem esta determinação terão seus impostos elevados;
- f)** o governo terá participação em empresas que forem ajudadas;
- g)** o programa será supervisionado por um conselho, que inclui entre os participantes o presidente do Federal Reserve (banco central americano), Ben Bernanke;
- h)** para evitar despejos, o governo poderá renegociar os prazos das hipotecas que vier a adquirir para ajudar os moradores com problemas em saldar suas dívidas;
- i)** o secretário do Tesouro poderá exigir dos bancos que comprem seguros, de modo a ter alguma cobertura para suas carteiras de investimento que incluam títulos de alguma forma vinculados às hipotecas;
- j)** para manter a confiança no sistema bancário, a garantia aplicada aos depósitos dos clientes bancários quando uma entidade se vê com problemas no fechamento ou perto de quebrar será elevada de US\$ 100 mil a US\$ 250 mil;
- k)** as empresas ou pessoas físicas que invistam em energias renováveis, como usinas solares ou eólicas, produção de álcool a partir de celulose, ou na compra de carros elétricos ou híbridos serão beneficiadas com incentivos fiscais;
- l)** a Comissão de Valores Mobiliários americana (SEC, em inglês) ganha autoridade para proibir a prática conhecida como “mark to market”, que permite às entidades alocar a um bem o valor de mercado.

**1.4** - Estas, entre outras medidas, significam que a defesa intransigente da não-intervenção do Estado na economia e a liberdade do livre mercado não passam de estratégia conveniente ao regime capitalista. Em momentos de crise, abandonam o discurso e de forma despuddorada vão buscar a salvação no Estado, ou seja, repassar para os trabalhadores o pagamento da farra concentracionista.

# EMENDAS ADITIVAS

## ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ACRESCENTAR AO PARÁGRAFO 1.4, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

**1.4** - Estas, entre outras medidas, significam que a defesa intransigente da não-intervenção do Estado na economia e a liberdade do livre mercado não passam de estratégia conveniente ao regime capitalista. Em momentos de crise, abandonam o discurso e de forma despuddorada vão buscar a salvação no Estado, ou seja, repassar para os trabalhadores o pagamento da farrá concentracionista. **É a própria natureza da grande propriedade privada dos meios de produção, dominada pela especulação, que está em bancarrota. Não é “normal” que os trilhões que faltam para criar empregos, recuperar os serviços públicos e acabar com a fome e a miséria, sejam usados para salvar bancos. A “nacionalização parcial” é a privatização parcial de recursos do Estado para salvar bancos. Contra o sistema financeiro da especulação a única “medida comum” que qualquer governo do mundo pode tomar é estatizar sem indenização o sistema financeiro. Isso seria defender a soberania do Brasil e de todos os países da América Latina e do mundo!**

## UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AO PARÁGRAFO 1.4, FICANDO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

**1.4** - Estas, entre outras medidas, significam que a defesa intransigente da não-intervenção do Estado na economia e a liberdade do livre mercado não passam de estratégia conveniente ao regime capitalista. Em momentos de crise, abandonam o discurso e de forma despuddorada vão buscar a salvação no Estado, ou seja, repassar para os trabalhadores o pagamento da farrá concentracionista. **O capitalismo é um sistema em decadência, que desenvolve tecnologia, unicamente para os lucros e não para benefício da humanidade. Ao contrário, quase sempre a utiliza para a destruição do homem e da natureza. Um sistema que, lança a humanidade em períodos de intenso desemprego, fome e miséria. Para isso é necessário construir uma sociedade totalmente distinta. Uma sociedade que não viva em função do lucro e onde não seja necessária a exploração. Uma sociedade solidária com todos, ao invés de estar baseada na competição e no individualismo. Uma sociedade socialista.**

## OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 1.4.1 AO 1.4.3:

**1.4.1** - A produção capitalista não se realiza em função do atendimento às necessidades humanas, baseia-se na exploração. Os meios de produção se encontram sob posse privada da burguesia, o que lhe confere o controle do processo produtivo. A produção somente é colocada em andamento se for para gerar lucro ao capitalista.

**1.4.2** - Com o avançar da crise de superprodução do capitalismo, a única forma que a burguesia tem para nutrir e desenvolver seu capital, é através da intensificação da exploração aos trabalhadores, o que significa avançar na liquidação das suas conquistas e direitos e da ciranda financeira.

**1.4.3** - Nos países centro do imperialismo as massas se levantam contra a exploração da burguesia que avança na retirada de direitos e ampliação de jornada de trabalho, assistimos essas lutas na França, Itália, Bélgica e no interior dos EUA com greves e mobilizações de ruas. Assim como acontece nos países da América Latina incluindo o Brasil, essas lutas que se levantam instintivamente são abarcadas pelas direções corrompidas e

**comprometidas com os governos burgueses que sabotam tais lutas, desviando e enfraquecendo-as com ilusões parlamentares e mesas permanentes de negociações.**

#### **1.5 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) participar dos movimentos contra as políticas militar, expansionista e consumista do governo norte-americano e das demais potências mundiais;
- b) manter a luta contra o modelo econômico baseado nas altas taxas de juros e no superávit econômico;
- c) participar dos movimentos pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos;
- d) promover e participar de campanhas pela paz, pelo respeito ao meio ambiente e à dignidade humana;
- e) participar de movimentos por distribuição de renda e erradicação da pobreza;
- f) combater o uso das políticas assistencialistas como legitimadoras de poder político eleitoral;
- g) cultivar a solidariedade entre os trabalhadores e suas organizações, não só em âmbito local, mas também nacional e internacional.

## **EMENDAS ADITIVAS**

#### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ACRESCENTAR A LETRA H:**

**h) apoio incondicional às ações antiimperialistas de Evo e Chávez.**

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AS LETRAS H, I e J**

**h) participar das lutas em conjunto com a Conlutas, Intersindical, Pastorais e demais setores em luta contra a ocupação militar das tropas brasileiras no Haiti;**

**i) estatizar todo o sistema financeiro sob controle dos trabalhadores;**

**j) anular as dívidas externas dos países pobres. Expropriar os latifúndios e realizar reformas agrárias.**

#### **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA – ACRESCENTAR A LETRA G:**

**g) lutar contra a exploração capitalista e contra o pagamento da dívida pública (externa e interna);**

## **EMENDAS SUBSTITUTIVAS**

#### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 1.1 AO 1.5:**

**1.1 - Estamos diante de uma crise estrutural do capitalismo. O desabamento do sistema financeiro expõe as contradições do sistema: o capital acumulado não pode ser inves-**

tido totalmente na produção sob pena de crise de superprodução, é aplicado nas jogatinas especulativas. As soluções burguesas levam à barbárie social, entre elas a ampliação do intervencionismo bélico. Portanto, a burguesia jogará a crise sobre os trabalhadores e países semicoloniais. Nossa tarefa é a de defender a unidade dos explorados. Por em pé a frente única antiimperialista, construir o partido-programa, que tem como estratégia a derubada do capitalismo e a constituição do socialismo.

### **OPOSIÇÃO DE LUTA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 1.1 AO 1.5:**

**1.1 - A crise imobiliária nos EUA detonou uma crise mundial na economia capitalista. Mesmo com a ação conjunta dos governos imperialista (injetaram grande quantidade de dinheiro para salvar bancos) a crise continua. Ao acionar o Estado para intervir na economia, Bush e seus aliados deixaram de lado a teoria liberal, que o “mercado se auto-regula”, pois a burguesia imperialista sabe que é necessário tentar represar a crise até o encerramento das eleições nos EUA. Os trabalhadores do mundo já começam a arcar com os efeitos da crise, o desemprego aumentou, alcançando os maiores índices já registrados nos últimos anos. Para citar apenas dois exemplos: EUA - 6,1% e Reino Unido (5,2%), na Itália (6,8%).**

## **EMENDA MODIFICATIVA**

**ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ALTERAR AS LETRAS B e C PARA:**

- b) manter a luta contra o sistema da grande propriedade privada dos meios de produção, baseado nas altas taxas de juros e no superávit econômico;**
- c) participar dos movimentos pela autodeterminação das nações e liberdade dos povos; exigir de Lula a retirada imediata das tropas do Haiti.**

## **2 – CONJUNTURA NACIONAL**

### **2.1 – CRISE AFETA O BRASIL**

**2.1.1 -** Apreensiva, a economia mundial acompanha de perto os desdobramentos da crise americana, que gera dúvidas e insegurança, com uma queda generalizada nas bolsas, inclusive no Brasil. Se por um lado a valorização da moeda americana pode ajudar os exportadores a se tornarem mais competitivos, por outro lado, a alta do dólar prejudica o controle da inflação no país, tida pelo governo Lula como êxito de seu governo, ainda que seja a continuidade da política econômica do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

**2.1.2 -** Apesar da avaliação de que o momento exige atenção redobrada, para evitar que a crise norte-americana prejudique o tímido crescimento da economia nacional, registrado nestes dois últimos anos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva insiste em declarar que o país está “blindado”.

**2.1.3 -** Neste sentido, não há consenso entre os analistas econômicos. Enquanto alguns ratificam a posição do governo, outros alertam para o impacto da crise no mercado brasileiro,

posto que, de 1º de janeiro a 07 de outubro deste ano a Bovespa já havia acumulado perdas de 37,2% e o dólar chegado a R\$ 2,32, maior taxa registrada desde 2006.

**2.1.4 -** O único consenso é de que o Produto Interno Bruto (PIB) deve subir em torno de 5,5% em 2008. Porém, em 2009 este índice deve ficar entre 3,5% e 3,8%.

**2.1.5 -** Na contramão da declaração do presidente Lula, para segurar a alta do dólar, o Banco Central vendeu, até o início do mês de outubro, US\$ 500 milhões aos bancos, valor que pode ainda aumentar. O BC também implementou mudanças nos depósitos compulsórios das instituições financeiras, com a finalidade de compensar os efeitos da restrição de crédito no sistema financeiro internacional (falta de liquidez). Ou seja, a exemplo do que fez FHC com o Proer, Lula ajuda mais uma vez os bancos, instituições que mais ganharam dinheiro durante o seu governo.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 2.1.6 E 2.1.7:**

**2.1.6 - O Brasil segue sendo braço do imperialismo na América Latina, seu parceiro preferencial. Isto se materializa na continuidade da aplicação das políticas neoliberais, no plano econômico e político. A manutenção do superávit primário, sustentado no arrocho salarial dos servidores públicos e diminuição de verbas para políticas públicas, nas políticas assistencialistas recomendadas pelo FMI e BM, na manutenção das tropas de ocupação do Haiti dentre outras.**

**2.1.7 - O governo teve que abandonar o discurso de que a crise não chegaria ao Brasil, uma vez que, já emprestou 160 bilhões para salvar as empresas privadas que lhes acorrem pedindo “ajuda”.**

### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AO PARÁGRAFO 2.1.5, QUE FICA COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

**2.1.5 -** Na contramão da declaração do presidente Lula, para segurar a alta do dólar, o Banco Central vendeu, até o início do mês de outubro, US\$ 500 milhões aos bancos, valor que pode ainda aumentar. O BC também implementou mudanças nos depósitos compulsórios das instituições financeiras, com a finalidade de compensar os efeitos da restrição de crédito no sistema financeiro internacional (falta de liquidez). Ou seja, a exemplo do que fez FHC com o Proer, Lula ajuda mais uma vez os bancos, instituições que mais ganharam dinheiro durante o seu governo. **Os trabalhadores serão os mais prejudicados, o governo já anunciou a possibilidade de reeditar a 3ª Reforma da previdência a sindical e trabalhista. É necessário mobilizar os trabalhadores para barrar qualquer retirada de direitos e lutar pelo emprego, reposição das perdas salariais, reajuste de salários de acordo com a inflação. Defender jornadas de lutas organizadas pela Conlutas, Intersindical e demais centrais sindicais. Unificar os movimentos sociais e o conjunto dos trabalhadores contra os efeitos da crise e a política econômica do governo.**

# EMENDA SUBSTITUTIVA

## OPOSIÇÃO DE LUTA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 2.1.1 AO 2.1.5:

**2.1.1 - A crise chegou ao Brasil. A “blindagem” da economia brasileira começa a ser destruída. Empresas anunciaram prejuízos (Sadia, Aracruz,, Klabin etc.), bancos limitaram a concessão de crédito, vendas diminuíram e a inadimplência cresceu.**

**2.1.2 - Quem pagará são os trabalhadores com privatizações, , aumento de tarifas públicas, e desemprego. Lula aplica os planos do FMI, governando para a burguesia e o imperialismo com o aval do Congresso. Reduz o estado, retira direitos e abre as portas às parcerias público-privadas. Paga a dívida externa e não investe nos serviços sociais, gerando o superávit primário. Não ter ilusão nas eleições burguesas nem nas direções as e sindicais que capitulam e fazem acordos com o governo e patrões.**

## 2.2 - A DESIGUALDADE SE ACENTUA

**2.2.1 - O Brasil ocupa a 40ª posição no ranking do Fórum Econômico Mundial. No entanto, a desigualdade social se acentua cada vez mais. O Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) aponta isto claramente. Um dos dados mostra que os 10% mais ricos concentram 75,4% da riqueza do país.**

**2.2.2 - A pesquisa revela, ainda, a concentração de riqueza em três capitais brasileiras. Em São Paulo, a concentração dos 10% mais ricos é de 74,3%; em Salvador, de 67%; e, no Rio de Janeiro, de 62,9%.**

**2.2.3 - Isto mostra que o Brasil, a despeito das mudanças políticas e da forte propaganda do governo sobre seus feitos, continua sem alterações significativas quanto às desigualdades sociais.**

**2.2.4 - Diante do agravamento da crise do sistema financeiro e dos resultados da política neoliberal, ainda vigente no nosso país, o movimento sindical classista, seguindo sua trajetória de luta independente e autônoma precisa retomar e/ou continuar na linha de resistência constante e de acumulação estratégica, tendo em vista o nível de correlação de forças; pressionar o governo para ultrapassar os limites impostos pelos grandes círculos financeiros, a fim de concretizar as mudanças necessárias para alterar esta dura realidade.**

**2.2.5 - Precisamos e defendemos um novo projeto de país que depende da construção de grandes mobilizações e pressões unificadas dos movimentos sociais e sindicais contra a retirada de direitos dos trabalhadores e pelas mudanças econômicas e sociais necessárias.**

**2.2.6 - É necessária a luta que avance e promova mudanças na política econômica, com redução acentuada dos juros e do elevado superávit primário, dando prioridade ao fortalecimento do mercado interno no processo de crescimento do PIB. Uma nova política que estabeleça metas de crescimento da renda e de empregos formais, redução das jornadas de trabalho, aumento dos investimentos em infraestrutura; não-pagamento da dívida externa, revertendo os recursos em infraestrutura, educação, saúde, reforma agrária, reforma urbana, saneamento, moradia popular etc.**

**2.2.7 - Historicamente, a defesa dos Estados e do serviço público sempre foi empunhada pelos trabalhadores, através de uma organização sindical ampla e coesa.**

**2.2.8 - Em meio a constantes lutas por preservação e ampliação de direitos, novos ataques têm ocorrido atualmente com diferentes roupagens: reforma administrativa, reforma da Previdência, Lei de Responsabilidade Fiscal, terceirização de serviços públicos, entre outras.**



**2.2.9** - Portanto, necessitamos rever mecanismos de enfrentamento aos recorrentes ataques neoliberais. Necessitamos de um posicionamento combativo e propositivo da CUT e seus sindicatos filiados, frente à atual conjuntura.

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 2.1 E 2.2:**

**2.1 - Diante da bancarrota do sistema financeiro mundial, o governo Lula socorreu os bancos e exportadores. O superávit primário será mantido, inclusive revogando o fim gradual da DRU, que retira dinheiro da Educação. Nenhuma medida reverterá à queda do crescimento e, tal como no mundo, a quebra financeira passará para as quebras industriais. O programa dos explorados para sair da crise é o da defesa de suas reivindicações e o da expropriação da burguesia por meio da revolução social.**

### **2.3 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) manter o posicionamento autônomo frente aos governos Lula, Serra e municipal, mediante constante mobilização para pressioná-los a romper com o atual modelo econômico de desenvolvimento;
- b) lutar pela aplicação de políticas públicas mediante a responsabilização dos governos pela oferta, financiamento e gestão, erradicando qualquer forma de terceirização e privatização dos serviços públicos;
- c) lutar pela implementação da negociação coletiva e pelo direito de greve para todos os servidores públicos;
- d) mobilizar a sociedade com vistas à ampliação do direito à educação pública, de qualidade social inclusiva, democrática, laica e gratuita para todos em todos os níveis;
- e) lutar pela ampliação do percentual do PIB para investimentos em educação, valorização dos educadores e fim da DRU;
- f) defender a Previdência pública e lutar contra qualquer reforma que venha retirar direitos, como o aumento da idade mínima;
- g) defender e lutar pelo retorno do direito à aposentadoria especial para o magistério (docentes, gestores e ocupantes de funções deste quadro);
- h) lutar pela implementação de uma sólida política nacional de formação de educadores (professores e funcionários de escolas), sob a responsabilidade do poder público e com oferta pelas instituições de ensino público superior;
- i) lutar contra a terceirização e a precarização das condições de trabalho, em especial dos funcionários de escola;
- j) propor à Central Única dos Trabalhadores (CUT) que realize mobilizações em conjunto com as demais centrais classistas em defesa dos direitos dos trabalhadores;
- k) lutar pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pelo direito irrestrito de greve, pela garantia de negociação coletiva no serviço público e pela expansão dos direitos dos trabalhadores;

- l) desenvolver campanhas que apontem para questões sociais como direitos dos aposentados, das mulheres, da criança e do adolescente, contra o trabalho infantil;
- m) apoiar a luta indígena, quilombola e de outras etnias ou grupos minoritários;
- n) lutar em defesa da segurança e promoção da saúde dos trabalhadores, com a constituição de comissões internas nos locais de trabalho e no serviço público;
- o) promover o envolvimento dos trabalhadores em educação em todos os espaços de formulação de políticas públicas;
- p) integrar a luta pela reforma tributária que taxe o grande capital;
- q) defender estratégias destinadas a promover a redistribuição de recursos, política de emprego, aumento constante dos salários de maneira que acompanhe o crescimento da produtividade, políticas de distribuição de renda e de propriedades, elevação do salário mínimo, taxação das grandes fortunas, reforma tributária de forma que os ricos paguem mais que os pobres;
- r) defender políticas de ofertas plenas de bens e serviços públicos universais e com qualidade, principalmente educação, saúde e transporte;
- s) adoção de uma política que defenda a economia nacional, combatendo a remessa de dólares para o Exterior, em forma de transferências, lucros, “royalties” e biopirataria;
- t) revogação das Leis nº 9.637 e nº 9.648, do governo FHC, que regulamentam as organizações sociais no serviço público.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ACRESCENTAR AS LETRAS**

**U, V e W:**

- u) abaixo as políticas imperialistas: fora as tropas brasileiras do Haiti;**
- v) nenhuma verba pública à empresas privadas;**
- w) verbas públicas para a ampliação dos serviços públicos.**

### **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA – ACRESCENTAR A LETRA U:**

- u) lutar contra a Reforma Sindical do governo Lula e das direções burocráticas da CUT, Força Sindical e CTB;**
- v) contra o imposto sindical e a Taxa Negocial.**

### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ACRESCENTAR AS LETRA**

**U a Y:**

- u) pelo fim dos leilões das áreas petrolíferas, o pré-sal é nosso, por uma Petrobrás 100% estatal, que reverta os lucros da exploração do petróleo brasileiro para a recuperação dos serviços públicos, sobretudo para a educação e saúde;**

- v) anulação do leilão da Vale do Rio Doce, criminosamente privatizada pelo PSDB e DEM, que há anos lesam a nação em benefício dos especuladores;
- w) pela efetiva execução da reforma agrária, em defesa da soberania alimentar;
- x) não à Alca, ao Mercosul, aos Tratados de Livre Comércio e acordos bilaterais, instrumentos de destruição das nações usado pelo imperialismo;
- y) estatizar o sistema financeiro sem indenização, dinheiro para proteger os trabalhadores, não os especuladores e banqueiros.

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR A LETRA U:**

- u) Reforma Agrária, sob o controle dos trabalhadores.

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

#### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR A LETRA A:**

- a) que a CUT e outras centrais defendam a independência frente aos governos e convoquem plenárias para aprovar um plano de luta contra a crise e defesa das reivindicações dos explorados (salário mínimo vital, Escala Móvel de Reajuste e de Horas de Trabalho).

## **EMENDAS MODIFICATIVAS**

#### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ALTERAR A LETRA F:**

- f) defender a Previdência pública e lutar pela revogação das reformas da previdência, contra qualquer reforma que venha retirar direitos, como o aumento da idade mínima e os fundos de pensão;

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ALTERAR AS LETRAS A, E, F, P e Q:**

- a) manter o posicionamento autônomo frente aos governos Lula, Serra e municipal, mediante constante mobilização para pressioná-los a romper com o atual modelo econômico de desenvolvimento e não-pagamento das dívidas externa e interna;
- e) lutar pela ampliação do percentual do PIB para investimentos em educação, valorização dos educadores e fim da DRU e fim do superávit primário e da LRF;
- f) defender a Previdência pública e lutar contra qualquer reforma que venha retirar direitos, como o aumento da idade mínima. Revogação da Reforma da Previdência e extinção do Fator Previdenciário. Não às reformas Sindical e Trabalhista;
- p) integrar a luta pela reforma tributária que taxe o grande capital. Reestatização das empresas privatizadas sob controle dos trabalhadores;

- q) *excluir o trecho “mais que os pobres” e acrescentar redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, ficando o item com a seguinte redação, ficando com a seguinte redação: defender estratégias destinadas a promover a redistribuição de recursos, política de emprego, aumento constante dos salários de maneira que acompanhe o crescimento da produtividade, políticas de distribuição de renda e de propriedades, elevação do salário mínimo, taxaço das grandes fortunas, reforma tributária de forma que os ricos paguem e redução da jornada de trabalho sem redução dos salários.*

## **3 – CONJUNTURA MUNICIPAL**

3.1 - Eleito vice-prefeito, Gilberto Kassab assumiu a Prefeitura em março de 2006, anunciando que daria continuidade às políticas do ex-prefeito José Serra, que assumiu o governo do Estado.

### **EMENDA SUBSTITUTIVA**

#### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 3.1:**

3.1 - *Kassab é o representante da burguesia. Dá continuidade às políticas de Serra e Marta, seguindo o caminho privatista dos governos federal e estadual. Aprofunda a terceirização, os convênios com a rede privada de ensino cortam recursos, impõe arrocho salarial e eliminam direitos através de novos Planos de Carreira. Trata-se de um governo pró-imperialista, que segue às diretrizes do capital internacional. O funcionalismo municipal tem como tarefa de combater a política desse governo.*

3.2 - A privatização e terceirização das áreas de saúde e de educação tiveram, de fato, continuidade, com efeitos negativos para os serviços públicos e servidores que já conhecemos.

### **EMENDA ADITIVA**

#### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 3.2.1:**

3.2.1 – *Fica evidente que o governo PSDB/ DEM/ PPS aplica, da melhor forma possível, a cartilha do neoliberalismo, sucateando os serviços públicos para posteriormente oferecer aos empresários os recursos financeiros provenientes dos impostos dos trabalhadores, seja através das terceirizações ou por repasse de verbas para ONGs e OSCIPs.*

3.3 - A manutenção da lei salarial que vincula somente 40% das receitas correntes do município às despesas com pessoal ativo e aposentados; a falta de garantia de aplicação de pelo menos o índice da inflação acumulada por determinado período, reposição de perdas e aumento real de salários, foi seguida à risca, apesar de todas as pressões realizadas pela categoria.

## **EMENDA ADITIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO**

#### **3.3.1:**

**3.3.1 - Na contramão da lógica de valorização dos servidores e da melhoria na qualidade dos serviços públicos, o governo Serra/ Kassab tem acumulado receitas, na forma de depósitos bancários e priorizado o pagamento da dívida interna, deixando salários defasados, equipamentos públicos deteriorados e módulos de pessoal insuficiente, precarizando o atendimento prestado à população.**

**3.4 -** A organização da rede e do sistema municipal de educação, não fosse a luta do SINPE-EM, teria retrocessos ainda maiores. A decisão pela expansão da quantidade de CEUs, quando existem na cidade mais de 110 mil crianças cadastradas não-atendidas nos CEIs, 48 mil nas Emeis, superlotação das salas de aulas, a quantidade excessiva de criança por professor no CEI, não-atendimento na EJA, entre outras medidas por nós contestadas, deixa claro a opção política quanto à aplicação de receitas vinculadas para a manutenção e desenvolvimento do ensino, que não passa, necessariamente, pela valorização dos profissionais de educação e pela garantia de educação de qualidade para todos.

**3.5 -** Diante deste quadro, não podemos, de forma alguma, renunciar às nossas reivindicações. Devemos continuar a luta de forma autônoma e independente, pela manutenção dos direitos que temos e atendimento às reivindicações aprovadas pela categoria.

## **EMENDA ADITIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO**

#### **3.5.1:**

**3.5.1 - Neste sentido, é fundamental que não nos iludamos com quaisquer que sejam os governos de plantão e que estejamos mobilizados para enfrentar estes governos de forma contundente garantindo grandes mobilizações e a greve que é a nossa principal forma de luta.**

#### **3.6 - ALTERAR A LEI SALARIAL E MANTER OS DIREITOS**

**3.6.1 -** A substituição de salários por abonos e gratificações por mérito e/ou desempenho não tem limites de aplicação a um único poder, tampouco ação de governos deste ou daquele partido. Nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário esta política é aplicada aos funcionários e vendida através de campanhas institucionais como forma eficaz de envolver os servidores, combater a inassiduidade, aumentar a produtividade e a qualidade dos serviços.

**3.6.2 -** A avaliação de desempenho, instituída em São Paulo em 2003, com a aprovação da lei encaminhada pela ex-prefeita Marta Suplicy e da lei que dispõe sobre os indicadores de qualidade, sancionada pelo atual prefeito, tem estreita relação com esta política, que por um lado tira a responsabilidade do poder público quanto à necessidade de todos os meios e recursos para garantir serviços de qualidade, repassando as responsabilidades para os servidores que, inclusive, são punidos pelos resultados negativos alcançados pelo sistema.

**3.6.3** - No ensino municipal, temos a Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE), usada como instrumento coercitivo e restritivo de direitos. Há pouco, tivemos êxito, com a conquista do início da incorporação das Gratificações de Regência, Especial para os Especialistas e de Apoio para os integrantes do quadro de apoio.

**3.6.4** - É urgente acabar com esta política de gratificações, para que tenhamos a real valorização dos servidores ativos e a manutenção da isonomia entre eles e os aposentados e pensionistas.

**3.6.5** - Desvincular o alcance das metas do sistema e da equipe das compensações por gratificação colocará, com certeza, a questão remuneratória e a valorização profissional no seu verdadeiro lugar e em destaque.

**3.6.6** - Manter a discussão sobre a justiça ou não de determinados descontos e lutar para que critérios sejam mudados para que cada um alcance o maior valor anunciado, deixa claro uma grande contradição: em todas as instâncias em que a categoria se manifesta é aprovada a decisão de ser contra a política de gratificação. No entanto, basta o governo anunciar o valor e os critérios que serão utilizados no cálculo a ser pago individualmente para transformar a indignação contra a política de gratificação em indignação contra os critérios e valores recebidos.

## **EMENDA MODIFICATIVA**

**ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ALTERAR O PARÁGRAFO 3.6.6 PARA:**

*suprimir todo o texto depois de: no entanto..., ficando o parágrafo com a seguinte redação:*

**3.6.6 - Manter a discussão sobre a justiça ou não de determinados descontos e lutar para que critérios sejam mudados para que cada um alcance o maior valor anunciado, deixa claro uma grande contradição: em todas as instâncias em que a categoria se manifesta é aprovada a decisão de ser contra a política de gratificação.**

## **EMENDAS SUPRESSIVAS**

**CORRENTE PROLETÁRIA – SUPRIMIR O PARÁGRAFO 3.6.6**

**FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUPRIMIR O PARÁGRAFO 3.6.6**

**3.6.7** - Com o início de um novo governo, a partir de 1º de janeiro de 2009, e diante da falta de uma política que tenha como meta restabelecer a credibilidade do ensino público municipal, não tem faltado clareza aos profissionais de educação quanto à necessidade de reagir, se organizando e se mobilizando para lutar por reajuste, reposição, aumento real e condições dignas e plenas de trabalho.

## EMENDA MODIFICATIVA

### UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ALTERAR O PARÁGRAFO 3.6.7 PARA:

*Acrescentar no início do parágrafo, antes de “Com o início...”, para a seguinte redação:*

**3.6.7 - A campanha eleitoral foi recheada de promessas dos candidatos e dos feitos realizados por aqueles que já foram governo, essas grandes realizações apresentados pelos candidatos se de fato fossem verdadeiras, não haveria mais problemas na cidade. O que vemos contradiz o que dizem, o caos na Cidade de São Paulo permanece, O atendimento a população nas suas necessidades mais básicas como saúde, educação, moradia e transporte permanecem de péssima qualidade. Não podemos depositar nenhuma confiança nestes governos, Kassab /DEM/ PSDB e PPS que agora é base de apoio de Kassab representam a continuidade das políticas neoliberais. O Sinpeem deve manter total independência em relação aos governos e aos partidos da base de apoio do governo. É preciso manter-se firme na defesa dos direitos. Defendemos: oposição ao governo neoliberal de Serra/Kassab, fim das terceirizações e desvio dos recursos para empresas privadas; por mais investimento em educação, construção de escolas para o atendimento da demanda; pela valorização salarial dos educadores, pelo retorno dos 30% da arrecadação municipal em educação destinados exclusivamente para a educação.** Com o início de um novo governo, a partir de 1º de janeiro de 2009, e diante da falta de uma política que tenha como meta restabelecer a credibilidade do ensino público municipal, não tem faltado clareza aos profissionais de educação quanto à necessidade de reagir, se organizando e se mobilizando para lutar por reajuste, reposição, aumento real e condições dignas e plenas de trabalho.

**3.6.8 -** Para vencer esta contradição e termos efetivamente uma política salarial que assegure a valorização, isonomia e paridade que reclamamos, precisamos intensificar a nossa luta.

## EMENDAS MODIFICATIVAS

### ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ALTERAR O PARÁGRAFO

#### 3.6.8:

*suprimir o trecho vencer esta contradição e, ficando o parágrafo com a seguinte redação:*

**3.6.8 - Para termos efetivamente uma política salarial que assegure a valorização, isonomia e paridade que reclamamos, precisamos intensificar a nossa luta.**

#### 3.7 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:

- a) obrigatoriedade de revisão anual da remuneração dos servidores públicos;
- b) alteração da lei salarial que vincula 40% das receitas correntes com o pagamento de pessoal da prefeitura;
- c) instituição de um mecanismo que determine reajuste periódico com percentual nunca inferior à inflação do período;
- d) criação de plano de reposição para adequação das remunerações em função das atribuições, competências, grau de formação e importância social das profissões;
- e) aumento real de salários;

- f) mudança da Lei Orgânica para que se vincule, novamente, pelo menos 30% das receitas e transferências para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- g) instituição do Conselho de Receitas e Despesas da Educação, com a participação dos profissionais de educação e da população;
- h) instituição do fórum para discussão e fixação de metas para o sistema de ensino e acompanhamento da aplicação das políticas para a educação.

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR AS LETRAS C, D e F:**

**c) implantação do mecanismo de reajuste periódico: Escala Móvel de Reajuste;**

**d) reposição imediata de todas as perdas salariais;**

**f) financiamento integral da educação pública pelo Estado;**

## **EMENDAS SUPRESSIVAS**

### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – SUPRIMIR AS LETRAS G e H:**

#### **3.8 - É PRECISO FINANCIAMENTO E GESTÃO PÚBLICA**

**3.8.1** - O financiamento da educação através de parcerias; a adequação do estatuto da Associação de Pais e Mestres (APMs), equiparando-a à condição de associação que pode firmar parcerias e convênios; a contratação de empresas terceirizadas para manutenção, conservação, limpeza e vigilância, assim como a continuação da política de terceirização da cozinha, deixam claro que a opção dos governos é solidificar a gestão privada do serviço público.

**3.8.2** - Temos o dever de manter e ampliar nossas estratégias contra esta política e convocar a população para participar conosco desta luta em defesa da educação pública de qualidade, dos serviços públicos e da nossa profissão.

## **EMENDA ADITIVA**

### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 3.8.3:**

**3.8.3 – É necessário financiamento de computadores aos profissionais da educação, levando em conta o conceito da Inclusão Digital e Formação do professor.**

#### **3.9 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**



- a) propor às entidades sindicais e à sociedade a constituição de um Fórum permanente sobre políticas públicas e as responsabilidades dos poderes públicos;
- b) exigir da Prefeitura discussão pública sobre um novo Plano Diretor da cidade;
- c) participar de todos os fóruns sobre a organização, planejamento e execução de políticas públicas para a educação e outras áreas em que haja a participação e obrigações da Prefeitura.

## EMENDA MODIFICATIVA

### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ALTERAR A LETRA A:**

*Após ... e as responsabilidades dos poderes públicos;... acrescentar texto, ficando o item com seguinte redação:*

- a) **propor às entidades sindicais e à sociedade a constituição de um Fórum permanente sobre políticas públicas e as responsabilidades dos poderes públicos e propor a todas as entidades sindicais dos servidores municipais um Encontro Municipal em Defesa dos Serviços Públicos, contra as Privatizações.**

### **3.10 - DESAFIOS DA PRÓXIMA GESTÃO**

**3.10.1** - Levando-se em consideração a importância estratégica da educação para o desenvolvimento técnico, científico, econômico e social do país, fica claro que este setor deve ser prioridade para qualquer governo.

**3.10.2** - Durante o período eleitoral, promessas são feitas e muitas obras iniciadas, com propósito, na maioria das vezes, eleitoreiro.

## EMENDA ADITIVA

### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ACRESCENTAR TEXTO AO PARÁGRAFO 3.10.2, QUE FICA COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

**3.10.2** - Durante o período eleitoral, promessas são feitas e muitas obras iniciadas, com propósito, na maioria das vezes, eleitoreiro. **O governo Kassab esconde que só ocorreu aumento salarial em consequência de 17 dias de greve, penalizando professores e a população. Kassab priorizou convênios com o setor privado para o atendimento da educação infantil, superlotando turmas, trabalhou com profissionais desqualificados e colocou as crianças em risco. Fechou salas e turnos para conter gastos. Com mais de 60% das unidades escolares com salas superlotadas, esses fatores influenciarão negativamente uma geração inteira que esteve nas escolas públicas durante os últimos quatro anos.**

**3.10.3** - Em São Paulo, maior cidade do país, os problemas são proporcionais ao seu tamanho e importância. Alguns, há anos, vêm passando de um governo para outro, como a superlotação das salas de aula, falta de vagas para atender à demanda (só na educação infantil há um déficit em torno de 158 mil vagas), falta de profissionais, ausência de investimentos na qualificação e aprimoramento dos profissionais de educação e escolas sem infraestrutura adequada.

**3.10.4** - Os resultados da Prova São Paulo, aplicada pela Prefeitura em novembro de 2007, servem de termômetro para percebermos as diferenças evidenciadas no desempenho dos alunos, inclusive de unidades da mesma região da cidade. Na Zona Leste, por exemplo, alunos das escolas da Penha e de Itaquera ficaram entre os que tiveram melhor desempenho, enquanto os de Guaianases ficaram entre as piores.

**3.10.5** - Oferecer educação de qualidade para todos é dever do poder público e direito da população.

### **3.11 - PROPOSTAS:**

- a) ampliação da rede física direta;
- b) atendimento à demanda existente na educação infantil, no ensino fundamental regular e na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- c) redução da quantidade de alunos por sala de aula/turma;
- d) valorização dos profissionais de educação, investindo nos salários, formação e condições para o pleno desempenho de suas atribuições;
- e) reforma adequação de todos os prédios ao uso de sua finalidade, garantindo acessibilidade e todos os recursos tecnológicos necessários a este tempo;
- f) redução da quantidade de turnos de funcionamento das unidades, garantindo os direitos aos alunos de ter educação de qualidade e os direitos dos profissionais de educação;
- g) assegurar a inclusão na Jeif aos professores que manifestarem esta opção, independentemente de atender às condições exigidas atualmente;
- h) criação do Regime Especial de Dedicção Exclusiva Docente, para os que por ele optarem, com remuneração nunca inferior a três vezes ao valor pago pelo exercício em Jeif;
- i) criação de Regime Especial de Dedicção Exclusiva para os Especialistas, para quem por ele optar, com remuneração nunca inferior a três vezes o padrão de sua atual referência;
- j) alteração da Lei Orgânica do Município (LOM), para restabelecer o percentual mínimo de 30% destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino;
- k) não-inclusão dos custos com programas assistenciais como sendo gastos com a educação;
- l) não-pagamento da dívida pública municipal, convertendo este dinheiro em saúde e educação;
- m) devolução dos valores não-aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino;
- n) fim da política de abono complementar, gratificações e bônus;
- o) incorporação imediata dos 17,5% restantes das gratificações aos padrões de vencimentos dos profissionais de educação, ativos e aposentados;
- p) aplicação de todos os direitos funcionais previstos em lei;

- q) pagamento dos precatórios alimentícios;
- r) garantia da jornada de opção na unidade de lotação;
- s) retorno da grade da EJA.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ACRESCENTAR A LETRA T:**

- t) divulgação das vagas para matrículas da EJA em veículos de comunicação de massa (rádio, TV, jornais etc.)

### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ACRESCENTAR AS LETRAS T a Z:**

- t) exigir chamada pública, utilizando-se para tanto de todos os meios de comunicação de massa, para a erradicação do analfabetismo;
- u) exigir do governo que o índice de analfabetismo por região da cidade, seja critério inicial para a oferta de vagas nas escolas municipais;
- v) garantir a oferta de vagas de EJA em horários diferenciados, conforme a necessidade da população interessada;
- w) assegurar a abertura de salas de EJA a partir de 20 jovens/adultos;
- x) revogação imediata da portaria que admite o atendimento nas Emeis de 35 ou mais crianças nas turmas do primeiro estágio.
- y) exigir a aplicação de um terço de hora atividade na Jornada Básica Docente como está na Lei do Piso Nacional;
- z) restabelecer os direitos da categoria para os profissionais readaptados.

## **EMENDA SUPRESSIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUPRIMIR A LETRA F.**

#### **3.12 - ENCAMINHAMENTOS:**

- a) organização de fóruns de debates, com a participação dos profissionais de educação e da população sobre o funcionamento das escolas, condições de trabalho, direito à educação e qualidade de ensino;
- b) realização da Marcha em Defesa do Direito à Educação e das escolas, com plenas condições para alunos e profissionais de educação;

- c) desenvolvimento de campanha denunciando o governo como responsável pela falta de condições para que a escola desenvolva plenamente as suas competências e obrigações;
- d) desenvolvimento, através da mídia, de campanha contra a desmoralização dos serviços públicos, dos servidores e, em especial, contra os professores e demais profissionais de educação.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – ACRESCENTAR A LETRA E:**

- e) organização da luta priorizando as assembléias e a unidade com o funcionalismo (assembléias conjuntas), a fim de armar a categoria contra os ataques do governo, o que significa responder com métodos próprios dos trabalhadores (greves, bloqueios de rua, ocupações etc.).

### **OPOSIÇÃO DE LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 3.13 AO 3.15:**

3.13 - Kassab ataca os servidores públicos. Implantou a política de gratificações às metas de produtividade, à assiduidade e à avaliação de desempenho. Esta política achata os salários, não repõe as perdas, é um ataque a nossa carreira. Como resultado das chamadas negociações com as direções sindicais, Kassab diz que houve aumento, na verdade arrocha os salários até 2010. Abriu espaço para terceirizações: ONGs nas escolas. Portarias sobre as faltas estabeleceram restrições coletivas e individuais. Punições estão postas; cada falta é 10% a menos na GDE. Ninguém vai receber.

3.14 - Reestruturou a carreira com a Lei nº 14.660, interesse de governantes e direções sindicais. O fim de direitos, como JEI e acúmulo. As recentes portarias de remoção e atribuição e a titularização dos adjuntos são um grande engodo; serão os últimos na remoção e presos ao módulo, eventuais de luxo. Na atual conjuntura, qualquer reestruturação de carreira diminuirá os direitos dos trabalhadores.

3.15 - A continuidade das privatizações, a superlotação e o fechamento de salas e períodos e o aumento do horário do aluno na escola, impossibilitarão o acúmulo de cargos, e abrindo portas para mais demissões.

## **4 – POLÍTICA EDUCACIONAL**

### **EMENDA ADITIVA**

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR APÓS O TÍTULO DO ITEM 4:**

**O GOVERNO KASSAB E A EDUCAÇÃO –** As medidas adotadas pelo Governo Kassab para o funcionalismo e para a Educação Municipal demonstram claramente sua intenção de levar às últimas conseqüências, na cidade de São Paulo, a mesma política de Serra no Estado de São Paulo. Reestruturação da carreira do magistério com lógica meritocrática-competitiva e não pelo desenvolvimento coletivo e individual, arrocho salarial, políticas de

**bônus e gratificações, restrição de direitos, terceirização do quadro de apoio e da educação infantil, aumento do desconto previdenciário entre outras medidas. O indivíduo substitui o coletivo.. Nossa organização e disposição de luta podem e vão derrotar esta política.**

#### **4.1 - POR UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL**

**4.1.1** - Um dos maiores desafios para os profissionais de educação é inverter o discurso corrente de que é possível educação de qualidade sem a valorização salarial e profissional dos professores e demais profissionais que atuam na educação.

**4.1.2** - É fato, que nos últimos anos por força do pouco que se investe e do descaso com a educação, houve uma verdadeira queda do interesse pelo ingresso e permanência na profissão de educador.

**4.1.3** - Também é fato que, apesar da primeira afirmativa, cada vez mais é reconhecido por largos setores da sociedade e pelos trabalhadores da educação, que investimentos na formação continuada, valorização salarial e profissional. A recuperação das instalações e a colocação de toda a logística e recursos financeiros são indispensáveis para se edificar um sistema educacional à altura dos desafios que estão postos, tanto para os educadores da nossa cidade, integrantes do Quadro dos Profissionais de Educação do município, como para o nosso país alcançar o desenvolvimento que necessita.

**4.1.4** - Nossa tarefa não é nada fácil. Temos, como profissionais de educação, de participar do debate sobre a crise no setor, reivindicar e propor soluções. Para isto, precisamos sair do lugar comum e enfrentarmos o debate das questões que nos últimos anos tem aprofundado ainda mais a desvalorização da educação e de seus profissionais.

**4.1.5** - O diagnóstico e as propostas que seguem abaixo resultam de análises, debates e mediações ocorridas em instituições acadêmicas, sindicatos e associações.

**4.1.6** - Neste Congresso, podem servir para nós como referenciais para o debate que faremos e as resoluções que tomaremos na busca de soluções pelas quais sabemos que muito teremos de lutar até que se tornem realidade. É com o objetivo maior da busca de soluções e sem pretender ser donos da verdade que apresentamos para os delegados deste Congresso o que segue.

#### **4.2 - POLÍTICA PERMANENTE DE FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO**

**4.2.1** - Consideramos importante afirmar um conjunto de princípios de formação, para que efetivamente tenhamos políticas construídas sobre bases sólidas, do ponto de vista teórico-epistemológico, que contribuam para a compreensão do trabalho docente na atualidade, dos limites e possibilidades da escola – no contexto das políticas públicas –, incluindo a transformação das condições deste trabalho. Estes princípios são:

- a) definição do caráter sócio-histórico da formação, possibilitando, a cada educador, a oportunidade real de ele se constituir em estudioso do fenômeno educativo, comprometido ética e politicamente com o conhecimento da escola e da educação pública, e com sua transformação, tomando-a espaço de apropriação de conhecimento. Precisamos de um educador comprometido com a transformação das condições que geram uma sociedade injusta, desigual e marcada pela exclusão e exploração, próprias do capitalismo. No nosso entender, isto pode alterar substancialmente a relação educador/educando e, como conseqüência, o seu reconhecimento pela sociedade.

- b) esta concepção se constrói com uma sólida formação científica - teórica e prática - sobre a educação e seus determinantes, apreendendo seus métodos de análise e investigação e com uma profunda atitude investigativa diante do real, identificando os problemas que emergem da relação pedagógica com os estudantes, entre os professores, profissionais, pais e comunidade, buscando novas interpretações a partir da crítica da educação atual em suas relações com a sociedade e com o trabalho.
- c) construção do trabalho educativo sobre bases coletivas e solidárias, construindo novas formas de desenvolvimento dos tempos de trabalho e estudo na escola, dos Conselhos de Classe – espaços coletivos dos profissionais da escola e dos Conselhos de Escola, espaço de partilhamento do processo educativo com os pais e a comunidade em geral.
- d) a leitura e estudo individuais como condição especial para a produção de novos conhecimentos, na direção da crítica ao trabalho educativo atual e da superação pessoal e do coletivo da escola.
- e) incentivo à organização profissional e política dos profissionais de educação, criando condições para a intervenção nas políticas educativas e de formação do magistério e demais trabalhadores da educação, articulando-se aos movimentos sociais em suas lutas mais gerais pela transformação social.
- f) entendimento da formação continuada como direito dos educadores, dever do estado e da sociedade, cabendo ao poder público oferecê-la, inclusive com licença remunerada, nos termos definidos pela Lei Federal nº 9.394/96 em seu Art. 67, inciso I e também pela Lei Municipal nº 11.434/03.

### **4.3 - NOSSOS DESAFIOS PARA UMA NOVA POLÍTICA DE FORMAÇÃO: A NECESSÁRIA TRANSFORMAÇÃO DAS BASES DA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

#### **4.3.1 - NO ÂMBITO DO TRABALHO DOCENTE**

##### **4.3.1.1 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

1 - alteração das atuais formas de desenvolvimento das jornadas de trabalho, para que individual e coletivamente seja possível o trabalho docente, estudo, desenvolvimento e execução de projetos; a participação nos Conselhos de Classe e dos Conselhos de Escola, buscando construí-los como espaço do conjunto dos professores/profissionais da escola e, quando couber, como espaço de compartilhamento com os pais e a comunidade em geral;

2 - criação de espaços de incentivo à leitura e ao estudo individuais, como condições especiais na direção do aprimoramento do trabalho educativo e da superação pessoal dos educadores. O estabelecimento de plano de estudos individuais a cada período letivo, faz parte do processo de planejamento do trabalho pedagógico escolar e de organização do projeto político-pedagógico. Este plano de estudos poderia incluir:

- a) a leitura de textos teóricos;
- b) o acompanhamento do trabalho de professores menos experientes ou que identifiquem claramente dificuldades que necessitam ser superadas;
- c) a criação do Centro de Formação do município, que permita o contato e participação permanente do educador;

- d) a realização de “oficinas” pedagógicas para discussão crítica dos estudos realizados, bem como para a problematização dos desafios enfrentados no trabalho docente;
- e) estabelecimento de objetivos a serem alcançados para o trabalho com as crianças, à luz do projeto político-pedagógico da escola;
- f) desenvolvimento de processos de observação e registro do trabalho e dos resultados das mudanças. Estes processos exigem a construção de uma cultura de superação e avaliação profissional nos rumos da profissionalização docente que depende, entre outros fatores, de que os professores percebam que estão obtendo resultados compensadores do esforço em se reunir, refletir e buscar novos conhecimentos e novas formas de atuar;
- g) criação de formas de avaliação individual e coletiva. Os professores e demais profissionais da educação desenvolvem continuamente um juízo crítico sobre sua atuação docente profissional. A construção de um processo de formação sobre novas bases exige que esta avaliação crítica tenha como referência o quadro teórico em que se situam – concepção de projeto histórico de sociedade, sua visão de mundo e de educação – o projeto político-pedagógico da escola, a proposta pedagógica e os resultados do trabalho com os alunos. Esta auto-avaliação, quando compartilhada pelo coletivo da escola e da rede, ganha possibilidades inovadoras e superadoras das dificuldades imediatas teóricas e práticas, gerando alternativas no âmbito do conhecimento, das metodologias e do próprio trabalho pedagógico individual e coletivo.

#### **4.4 - PROFISSIONALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO COM BASE EM OUTROS REFERENCIAIS**

**4.4.1** - Uma política de profissionalização e valorização do educador deverá ser constituída fundamentada em outros referenciais para a formação continuada dos professores em nossa cidade, na possibilidade de construção de uma nova pedagogia nos processos educativos formadores de nossos estudantes, crianças, jovens e adultos.

**4.4.2** - A formação continuada de educadores entendida como de responsabilidade do poder público e dos educadores deve ser desenvolvida na perspectiva de um direito de todos os educadores e dever do poder público no oferecimento de possibilidades de formação e de condições institucionais e pedagógicas criadoras nos espaços escolares, e construção de políticas globais inovadoras.

**4.4.3** - Entre elas, cabe destacar:

- a) valorização do trabalho docente, concentrando o professor em apenas uma escola, com inclusão garantida na jornada de opção: garantia de sua dignidade profissional, pela atribuição de salários justos e jornada compatível com os compromissos de formação e desenvolvimento humano sob sua responsabilidade;
- b) elevação da formação cultural dos professores pelo acesso à leitura, literatura, às artes, ao esporte, à organização sindical e política;
- c) ascensão na carreira vinculada ao tempo na carreira, títulos, tempo e títulos combinados e à formação em níveis superiores de compreensão dos processos educativos em que se inserem as crianças, jovens e adultos sob responsabilidade da escola, como condição para o exercício de funções diretivas junto ao coletivo escolar;

- d) valorização dos movimentos sociais como espaços educativos, aproximando a escola dos pais e da vida social e os pais da escola, visando o redirecionamento do processo educativo da escola e de seu projeto pedagógico;
- e) problematização da forma de organização da escola – aprofundar os estudos sobre ciclos de formação, módulos de aprendizagem, superando a seriação e revendo as formas de avaliação do trabalho pedagógico e de formação dos estudantes;
- f) a capacidade de romper com a fragmentação disciplinar e avançar para outras formas de trabalho com os estudantes, na direção da unidade metodológica, do trabalho coletivo e interdisciplinar;
- g) criação dos coletivos de ciclos/salas com os professores mais experientes responsáveis pela coordenação do trabalho conjunto com os colegas, fortalecendo o trabalho solidário, companheiro, de ajuda e superação;
- h) avaliação dos sistemas, das escolas e dos sujeitos – professores, profissionais de apoio e estudantes - em um único processo articulador e integrador dos sujeitos envolvidos no processo educativo, que não os penalize nem os exalte sobre os outros:
- i) incentivo à auto-organização dos estudantes, tanto em cada classe como na escola e fora dela;
- j) ênfase na formação continuada articulada com a construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola, com a participação dos professores, técnicos administrativos, estudantes, pais e movimentos sociais da comunidade;
- k) política de formação continuada e valorização profissional que garanta o direito de o profissional da educação de intervir na definição das políticas de sua formação, nas instâncias institucionais e através de suas organizações associativas e sindicais, as quais deveriam ser conclamadas a participar da gestão dos processos de elaboração e desenvolvimento dos cursos formativos.

## **EMENDA ADITIVA**

### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR A LETRA L:**

**l) valorização da formação do professor pela volta da pontuação na evolução funcional por concursos públicos na área da educação prestados e pontuados pelos profissionais da educação.**

### **4.5 - CONCEPÇÕES E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**

**4.5.1** - No âmbito das concepções e práticas orientadoras da formação, os Centros de Formação dos Educadores viabilizariam o desenvolvimento de processos de estudo, criação e inovação sobre:

- a) os fins e objetivos da educação;
- b) o conteúdo da educação: o currículo e os conhecimentos escolares;
- c) os métodos de estudo e investigação da realidade;



- d) formas de organização do trabalho pedagógico escolar: a escola, a sala, os alunos e o trabalho pedagógico coletivo e solidário.

#### **4.6 - CRIAÇÃO DE CENTROS DE FORMAÇÃO**

**4.6.1** - Os Centros de Formação podem se configurar em espaços de produção coletiva de novos conhecimentos sobre a escola, a sala de aula, os processos educativos, novas metodologias, novas formas de organizar a sala de aula e o trabalho pedagógico.

**4.6.2** - Adequadamente equipados com materiais educativos, biblioteca, videoteca e articulado em redes de formação, com os Centros de Desenvolvimento da Educação. Desenvolvimento nestes Centros de programa que poderá gerar condições especiais para superar o individualismo e produzir novas relações sociais e culturais no trabalho docente, privilegiando o trabalho coletivo, solidário, em sintonia com a realidade social em que está inserido, de modo a transformar as condições atuais da escola pública e da educação, na perspectiva das transformações sociais almeçadas, e atender aos seguintes objetivos:

- a) a possibilidade de estudos que auxiliem na construção de alternativas de organização curricular e pedagógica motivadoras do desenvolvimento de conteúdos e metodologias que traduzam as formas de pensar e atuar frente aos problemas concretos da vida social;
- b) avançar na concepção de ciclos de formação humana como forma de organização da escola, que permita explicitar as contradições no seio dos processos de avaliação e formação, e os limites postos pelos processos de globalização excludente para o pleno desenvolvimento humano;
- c) construir novas relações na escola pública que permitam aflorar processos de formação humana criativos, emancipadores e criadores de uma nova vida;
- d) a formação teórica e epistemológica, aliada ao domínio técnico e científico do conhecimento mais avançado e progressista produzido nas condições atuais;
- e) a possibilidade de produzir novos conhecimentos sobre a escola, o ensino, novas metodologias, possibilidades investigativas e projetos de ação junto às escolas;
- f) a oportunidade de ascender à uma compreensão cada vez mais elevada e crítica do trabalho como instrumento de produção e papel do conhecimento na formação humana multilateral;
- g) produção de material didático e pedagógico que tenha como objetivo a transformação permanente das práticas escolares e do trabalho docente, conduzindo à uma aproximação cada vez mais concreta entre o conhecimento teórico e as ações educativas cotidianas na escola;
- h) desenvolvimento de processos de avaliação – institucional das crianças e do próprio trabalho – de caráter emancipador, fundamentado nas necessidades e possibilidades de sua escola.

#### **4.7 - UNIDADES ESCOLARES: ESPAÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA**

**4.7.1** - Defendemos a necessidade de construir as unidades escolares, Centros de Formação e demais unidades educativas em espaços para a reflexão crítica sobre o trabalho e seus contextos e de construção da autonomia intelectual do magistério: concebendo os professores como intelectuais, criadores de conhecimento sobre ensinar e aprender, o ensino, a escola e a educação.

**4.7.2** - Incentivar a prática da reflexão sobre o trabalho e seus condicionantes é elemento gerador de novos conhecimentos sobre a educação, o ensino e a aprendizagem. A ascensão a esta compreensão é o caminho da autonomia na busca do conhecimento, provocando rupturas com a passividade e o conformismo com as situações complexas que caracterizam o trabalho pedagógico, principalmente nas escolas públicas.

## **EMENDA ADITIVA**

**FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 4.7.3 E 4.7.3.1:**

### **4.7.3 – REFERENCIAIS CURRICULARES**

**4.7.3.1** - Assim como as avaliações externas, os referenciais curriculares também seguem a lógica neoliberal e de controle sobre o trabalho do professor. O conteúdo a ser ensinado para o aluno vem previamente determinado pela prefeitura, por meio dos referenciais curriculares, materiais com os quais os professores devem trabalhar em suas aulas. Os referenciais serão a base da Prova São Paulo. Dessa forma, o Estado exerce um duplo controle: primeiro: determina o conteúdo considerado útil para a sociedade capitalista e, segundo, se certifica se a escola está ensinando esses conteúdos, através da Prova São Paulo. Como podemos notar, as avaliações externas e os referenciais curriculares são mecanismos de controle do professor e um ataque à liberdade de cátedra. Não aos referenciais curriculares. Pela liberdade de cátedra.

### **4.8 - ARTICULAÇÃO COM A FORMAÇÃO CIENTÍFICA E ACADÊMICA**

**4.8.1** - A superação de problemas visíveis por todos e medido por diferentes avaliações feitas não permite perder tempo para a constituição urgente de espaços de articulação com a formação científica e acadêmica e com o projeto pedagógico da escola, de modo a garantir um horizonte de análise amplo e aberto, evitando que a reflexão fique reduzida ao casual, episódico, ao imediato.

### **4.9 - PERMITIR E DAR CONDIÇÕES PARA O ESTUDO**

**4.9.1** - Temos de conseguir que os espaços formativos tenham a tarefa de oferecer a cada professor a oportunidade real de ele se constituir em estudioso do fenômeno educativo, identificando os múltiplos problemas que emergem da relação pedagógica com os estudantes, entre os professores, os profissionais, os pais e a comunidade, buscando os caminhos de seu enfrentamento e superação; aproximando-se metodologicamente dos problemas, de sua crítica e das explicações teóricas que auxiliam a produzir novas aproximações e novos conhecimentos sobre o trabalho educativo e a necessária intervenção concreta sobre a realidade.

**4.9.2** - A institucionalização e o fortalecimento do trabalho educativo e pedagógico escolar desenvolvido em equipe é instrumento privilegiado de construção coletiva de uma nova prática pedagógica.

# EMENDA ADITIVA

## **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 4.9.3:**

**4.9.3 - Financiamento pela prefeitura para os profissionais da educação que ingressem nos cursos strictu sensu (mestrado e Doutorado) ou lactu sensu (pós-graduação e especialização).**

### **4.10 - PRINCÍPIOS PARA UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO**

**4.10.1** - Defendemos como ponto de partida uma concepção de formação continuada caracteriza por:

- a) responsabilidade dos educadores, do estado e da sociedade, assegurando com recursos públicos as estruturas necessárias para sua viabilidade e vinculando a formação ao plano de carreira;
- b) ações articuladas ao Centro de Formação em estreita vinculação com as universidades, assegurando a diversidade de modelos de formação;
- c) associação ao exercício profissional e em estreita vinculação com as necessidades educativas, de desenvolvimento e formação integral de nossas crianças, jovens e adultos;
- d) progressividade das ações de formação a níveis elevados vinculada ao desempenho e envolvimento dos educadores com o projeto político-pedagógico da escola;
- e) responsabilidade dos vários níveis institucionais: das escolas e dos níveis centrais regionais e centrais da Secretaria Municipal de Educação;
- f) espaço de valorização do coletivo de professores e incentivo à dimensão solidária e associativa do trabalho docente nas suas dimensões pedagógica, científica, política e profissional;
- g) mobilizadora da escola e seu projeto político-pedagógico;
- h) atualização, aprofundamento, complementação e ampliação de conhecimentos profissionais que permitam acesso na carreira e a ocupação de funções mais elevadas no coletivo educacional;
- i) a formação com liberação integral periódica que contemple a participação em diferentes modalidades de formação, fora do espaço escolar (período e duração a serem definidos conjuntamente pela escola, sistemas e universidades, a partir das diretrizes da política municipal/estadual);
- j) aprovação pelos Conselhos das unidades escolares dos projetos individuais ou coletivos de intervenção na escola;
- k) participação dos professores, gestores e demais profissionais em educação dos processos de construção e definição da política de formação da sua unidade, contribuindo individual e coletivamente neste processo.

# EMENDA ADITIVA

## EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR A LETRA L:

### I) aplicação das verbas públicas na formação dos profissionais da educação.

#### 4.11 - CONDIÇÕES ORGANIZATIVAS E ESTRUTURAIS DAS ESCOLAS:

- a) redução do número de alunos por sala;
- b) logística material específica e recursos humanos em quantidade e formação necessária, em especial naquelas escolas onde as condições de insucesso geradas pelas condições sociais e econômicas demandam maior esforço do coletivo da escola, visando ampliar as condições de elevação da qualidade da educação;
- c) expansão da jornada de quatro para cinco horas diárias para os alunos e implementação progressiva da escola integral (não apenas para esportes ou brincadeiras em outro período), preservando os direitos e o pleno envolvimento dos professores na formação integral de nossas crianças e jovens. Distinguir o tempo de permanência do aluno das jornadas de trabalho dos docentes, preservando seus direitos e remuneração;
- d) redução dos turnos diários de funcionamento das escolas – de três para dois turnos, vinculado à redução do número de alunos por sala e à garantia dos direitos dos profissionais de educação;
- e) reorganização do currículo, o espaço físico e dos equipamentos escolares na perspectiva de rever criticamente os processos de conhecimento em desenvolvimento em nossas escolas de educação infantil, da educação especial e do ensino fundamental e médio, avaliando o desenvolvimento da concepção de infância nos agrupamentos da educação infantil, sua articulação com o ensino fundamental, construindo a escola de nove anos, com iniciação aos sete anos, mantendo o terceiro estágio nas Emeis;
- f) aprimoramento do processo de escolha/atribuição das jornadas: análise da jornada de trabalho docente e das jornadas especiais, estabelecendo critérios claros que priorizem o atendimento à demanda dos problemas da escola, principalmente para o acesso ao conhecimento científico, artístico e literário, a redução/eliminação dos índices de reprovação e evasão, aprimoramento do currículo pela incorporação de novas dimensões da formação ao trabalho escolar e para a ação educativa e pedagógica com a juventude, os pais e a comunidade, não-vinculando a inclusão na Jeif exclusivamente à regência de classes/aulas;
- g) avançar na atual forma de ascensão na carreira fundada quase que exclusivamente no processo de acúmulo de cursos e pontos por tempo na carreira; pontuando também a criação de novas formas de organização da escola e do coletivo de professores, que contemplem o trabalho coletivo, solidário, de cooperação na superação das dificuldades com o processo pedagógico;
- h) incentivo e valorização a projetos de trabalho e investigação, que tenham como objetivo o acesso ao conhecimento, o desenvolvimento de novos métodos no trato do currículo escolar, novas alternativas metodológicas em sala de aula, utilização de novas linguagens, multimídias e informática nos processos pedagógicos e de ensino/aprendizagem e as múltiplas dimensões da formação humana;

- i) analisar as condições de produção das doenças ocupacionais nas redes, traçando diretrizes para o exercício profissional e planejando cursos e formação, com o objetivo de elevar a qualidade de vida dos professores e do trabalho pedagógico com os alunos articulados às alterações nas bases da educação escolar – número de alunos por sala, jornada e dedicação exclusiva opcional com remuneração pelo menos três vezes maior à jornada regular.

*Fonte: documento da Anfope, setembro de 2007*

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS E OUTROS – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 4.9.3:**

- j) **total apoio à infra-estrutura e entrega de material didático após a construção e entrega de unidades escolares;**
- k) **volta dos Auxiliares de direção nas unidades escolares;**
- l) **cabe às DREs lotar os professores nas unidades escolares quando houver escolha e eleições de professores Poies e POSLs e não como é hoje em que os professores eleitos tem que sair procurando esses profissionais.**

### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR A LETRA J:**

- j) **módulo completo de profissionais em todas as unidades de acordo com suas necessidades, número de turnos e alunos.**

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 4.1 a 4.11**

**4.1 - A tendência recessiva mundial agravará a crise da educação. Os governos impõem mais cortes de recursos, aumentando a terceirização, o ensino à distância e a precarização das condições de trabalho e ensino. Os trabalhadores e os alunos têm a tarefa de combater a destruição da educação, levando a bandeira de ensino público gratuito para todos em todos os níveis, laico e vinculado à produção social.**

**4.12 - RESTRIÇÃO AO DIREITO DE ACESSO À EDUCAÇÃO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA**

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 4.12:**

**4.12 - O capitalismo decadente não permite o acesso e a permanência das crianças, jovens e adultos na escola. Cada vez mais, todos são expulsos da escola pelas condições de existência, sobretudo pela miséria e desemprego que fazem parte de suas vidas. Os problemas da educação não estão na escola, mas na sociedade. Uma mudança radical da educação implica uma mudança radical das bases materiais da sociedade.**

## **EMENDA SUPRESSIVA**

### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – SUPRIMIR A LETRA D**

**4.12.1 - A combinação entre fechamento de turno e superlotação de salas resulta em prejuízos para os profissionais de educação e no comprometimento do direito de acesso e permanência do aluno na escola.**

**4.12.2 - Como resposta a esta política, sem ignorar ou desprezar os indicadores de queda na taxa de natalidade, fluxo migratório negativo, universalização do ensino fundamental, entre outros, temos de vincular o debate sobre o funcionamento das escolas e o direito à educação pública para todos à garantia dos nossos direitos de emprego, condições para o desenvolvimento pleno do trabalho, progressão na carreira e remuneração condizente com a importância social da nossa profissão.**

**4.12.3 - A redução do número de alunos por sala de aula e a garantia da jornada de opção na unidade de lotação são condições das quais não devemos abrir mão e pelas quais temos de lutar, como meio de reverter os prejuízos resultantes da redução turnos e, por consequência, diminuição de postos de trabalho e possibilidade de acúmulo.**

## **EMENDA ADITIVA**

### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 4.12.4:**

**4.12.4 – O atendimento aos alunos de inclusão se faz necessário e para isso requisitamos uma melhor política na implantação e infraestrutura, bem como na aquisição de material pedagógico a esses alunos.**

### **4.13 - DEFENDEMOS:**

- a) educação pública gratuita, laica e de qualidade para todos;**
- b) criação de um sistema único de educação;**

- c) criação de uma Agência Nacional para garantir a aplicação dos direitos e a proteção da criança e do adolescente;
- d) ampliação do tempo destinado à educação, sem que isto signifique unicamente maior tempo de permanência na escola;
- e) definição de padrões nacionais de qualidade para todas as escolas brasileiras;
- f) padrões nacionais para as edificações e equipamentos das escolas;
- g) definição de padrões mínimos arquitetônicos por meio de uma Lei federal de “habite-se”;
- h) lei que impeça inauguração e funcionamento de escolas em prédios que não atendam aos pré-requisitos de construção e condições plenas para o desenvolvimento de suas atribuições, especificidades e competências;
- i) criação da Lei de Responsabilidade Educacional, que torne inelegível as autoridades (prefeitos, governadores, presidente da República e secretários de Educação) que não investirem em educação, conforme determina a legislação e as metas definidas nacionalmente;
- j) política institucional permanente de valorização dos profissionais de educação (salários, formação, atualização e progressão na carreira);
- k) rede nacional de centros de pesquisa e desenvolvimento da educação e bolsa federal de incentivo à formação;
- l) modernização do conteúdo, incorporando pelo menos novos grandes temas:
  1. a ética no comportamento pessoal;
  2. a solidariedade social;
  3. o respeito à natureza;
  4. o direito individual e o coletivo;
  5. as novas tecnologias;
  6. a habilitação para o uso de instrumento de informática;
  7. o aprendizado de pelo menos mais um idioma, além do Português, especialmente o Espanhol e o Inglês;
  8. o gosto pela cultura;
- m) ampliação do número de escolas técnicas de nível médio;
- n) erradicação do analfabetismo no Brasil;
- o) fim dos contratos com ONGs e organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips);
- p) financiamento e gestão pública das escolas da rede municipal de ensino;

- q) alteração da Lei Orgânica do Município (LOM) para restabelecer o percentual mínimo de 30% destinados para a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- r) não-inclusão dos custos com programas assistenciais como sendo gastos com a educação;
- s) não-pagamento da dívida pública municipal, convertendo este dinheiro em saúde e educação;
- t) expansão da rede física escolar e melhoria das instalações existentes;
- u) reabertura de salas do ensino regular, na EJA e de períodos onde haja demanda;
- v) fim do uso das unidades escolares para gestão e execução das políticas voltadas para a assistência social.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR AS LETRAS W e X:**

- w) **capacitação dos professores para atender os alunos de inclusão;**
- x) **implantação em cada unidade escolar de professores para as Salas de Apoio à Inclusão (Saais).**

### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AS LETRAS W e X:**

- w) **pelo atendimento à demanda de educação infantil em Emeis e CEIs diretos, com a construção de mais unidades de educação infantil;**
- x) **fim das creches conveniadas e que a Prefeitura assuma a administração das mesmas.**

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR AS LETRAS A, B e C:**

- a) **educação pública gratuita, laica, para todos, em todos os níveis e vinculada à produção social;**
- b) **sistema único de educação estatal, sob o controle de quem trabalha e estuda. Estatização de toda a rede privada;**
- c) **fim do Fundeb. Pelo Salário Mínimo Vital, calculado pelos trabalhadores, aprovado em assembleias, que em nossos cálculos deve ser de R\$ 2.750,00. Redução da jornada de trabalho, sem redução de salário, através da Escala Móvel de Horas de Trabalho (divisão das aulas entre os professores).**



#### **4.14 - ENCAMINHAMENTOS:**

- a) organizar fóruns de debates com a participação dos profissionais de educação e da população sobre o funcionamento das escolas, condições de trabalho, direito à educação e qualidade de ensino;
- b) desenvolver campanhas denunciando os governos como responsáveis pela falta de condições para que as escolas desenvolvam plenamente as suas competências e obrigações;
- c) desenvolver campanhas contra a orquestrada desmoralização que é realizada dos serviços públicos, os servidores e, em especial, contra os professores de demais profissionais de educação.

## **EMENDA ADITIVA**

#### **CORRENTE PROLETÁRIA – ACRESCENTAR A LETRA D:**

- d) **desenvolver a campanha: nenhum jovem fora da escola e fora da produção social (quatro horas na produção e o restante para estudo e lazer).**

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – SUBSTITUIR A LETRA A:**

- a) **um Plano Municipal de Educação elaborado com a participação dos educadores, sindicatos, pais, estudantes e poder público. Com a participação dos servidores da educação (especialistas, docentes e quadro de apoio) em todas as etapas de sua elaboração;**

#### **4.15 - AVALIAÇÕES EXTERNAS SUBESTIMAM O PAPEL DA ESCOLA**

**4.15.1** - A aprendizagem, quando aferida por instrumentos de avaliação externa focados no desempenho individual, predominantemente quantitativos, menospreza o conjunto de saberes, habilidades e valores construídos no ambiente escolar, camufla as condições precárias que foram previamente oferecidas tanto aos alunos como aos educadores, de forma a gerar tal produto e responsabiliza tão somente os educadores e os educandos pelo eventual fracasso. Desconsidera, portanto, que o instantâneo medido é o fruto do processo contínuo de desmonte da escola pública, implementado por diferentes governos ao longo dos anos.

**4.15.2** - A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) estabelece como finalidade da educação brasileira o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Desta forma, todos os planos de educação, bem como as avaliações que são realizadas, sejam do Estado, dos municípios ou das escolas, devem ter como principal objetivo o preparo do educando para a cidadania e a sua qualificação para o trabalho.

**4.15.3** – Assim, quando falamos de qualidade da educação não podemos perder de vista que devemos avaliá-la considerando este objetivo da educação brasileira. Como educadores conscientes do nosso papel e também da escola, não podemos aceitar estas avaliações como

instrumentos para aferir a aprendizagem do aluno, tampouco como critério a ser levado em conta para adoção de premiações e/ou punições.

#### **4.16 – PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) fim das avaliações externas, como Saeb, Saesp, Prova São Paulo;
- b) realização de um amplo debate sobre a responsabilidade do poder público e a qualidade dos serviços oferecidos à população.

#### **4.17 - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

**4.17.1** - Aprovado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério (Fundeb), todas as etapas e modalidades da educação básica pública passaram a contar com um mecanismo regular, embora insuficiente de financiamento.

**4.17.2** - Se por um lado o Fundeb permite uma melhor integração entre educação infantil com o nível fundamental e deste com o ensino médio, por outro lado, revela a insuficiência de recursos para tal empreitada.

**4.17.3** - O Fundeb é um mecanismo indutor de expansão quantitativa do atendimento educacional. Isto porque, a exemplo do que aconteceu com o Fundef, também faz do aluno matriculado uma espécie de “unidade monetária”. Estes valores variam de fundo para fundo, de Estado para Estado.

**4.17.4** - Mais matrículas significam mais dinheiro repassado pelo Fundeb. Por isso, tende a se expandir o número de vagas, principalmente nos níveis e modalidades que apresentam cobertura insuficiente, como é o caso das creches, do ensino médio e da Educação de Jovens e Adultos.

**4.17.5** - O problema desta lógica de vincular recursos financeiros apenas às matrículas é que desencoraja esforços relacionados ao aumento da qualidade da educação. Com as regras atuais o Fundeb não estimula providências para a diminuição do número de alunos por sala de aula, conforme reivindicação histórica dos profissionais de educação.

**4.17.6** - Embora pareça paradoxal, é possível afirmar que uma interessante qualidade do Fundeb reside justamente no fato de que, com ele, ficou mais nítida a escassez de recursos para uma educação de qualidade para todos.

## **EMENDA ADITIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 4.17.6.1 AO 4.17.6.4:**

**4.17.6.1** - A falácia do Fundeb do governo Lula: a implantação do fundo será gradual. O fundo não atende o ensino superior. Ao secundarizar o ensino superior público, reforça o ensino superior privado, que sabemos ser, na maioria, de qualidade duvidosa.

**4.17.6.2** - Conseqüências do FUNDEB para a educação infantil: Ensino fundamental de nove anos: conforme consta na Lei do fundo, o ensino fundamental começará aos 6 anos de idade. Dessa forma, o terceiro estágio da educação infantil será extinto. Essa medida compromete o desenvolvimento intelectual dos alunos, além de superlotar as salas de

aula sem condições adequadas para atender as necessidades específicas dessa faixa etária e provoca o desemprego do professor de educação infantil.

**4.17.6.3 - Terceirização da educação infantil:** os recursos do fundo poderão ser repassados para as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público. Sendo assim, tanto o ensino de 0 a 3 anos como o de 4 a 5 anos poderão ser oferecidos por essas instituições. O beneficiamento do setor privado, das ONGs, OSCIPs com a política de fundo está garantido pelo governo mais uma vez, na medida em que o Estado se retira da administração direta dos serviços públicos.

**4.17.6.4 - Municipalização:** as matrículas estaduais de educação infantil não serão contabilizadas para o efeito de distribuição dos recursos do fundo, assim como também as matrículas municipais de ensino médio. Isso poderá provocar a municipalização total da educação infantil, e ao mesmo tempo, está anunciado o fim do ensino médio municipal. A política de fundos apenas tem servido para mascarar os míseros recursos destinados à educação e também para beneficiar o setor privado com verbas públicas. **NÃO AO FUNDEB. APLICAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 10% DO PIB NA EDUCAÇÃO.**

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

**ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 4.17.6:**

**4.17.6 – Em pesquisa realizada pela CNTE, chegou-se à conclusão de que seria necessário investir 16% do PIB para que se atinja um Custo Aluno/Qualidade/Inicial (CAQi) compatível com as necessidades do povo brasileiro. Enquanto a CNTE defende piso salarial nacional de R\$ 1.050 e R\$ 1.575 para jornadas de 30 horas, o governo nos vem com a migalha de R\$ 950 para 40 horas, demonstrando que a política de fundos não é a resposta às necessidades da educação pública.**

**4.17.7 - É de extrema urgência elevar a quantidade de recursos destinados à educação básica. Não podemos aceitar nada menos que 10% do valor do PIB. Exigimos uma verdadeira política de financiamento da educação, que leve em conta o custo aluno/qualidade.**

## **EMENDA ADITIVA**

**ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 4.17.8 E 4.17.9:**

**4.17.8 - A lei do Piso Nacional da Educação é uma vitória dos trabalhadores em educação, pois está contra a política de municipalização da educação e de fragmentação da categoria, imposta nas últimas décadas sob o impulso do Banco Mundial. O fato do valor definido na lei do Piso Nacional da Educação ser de R\$ 950 para até 40h, inferior ao exigido pela CNTE (valores aprovados em nosso 18º Congresso como parte da luta em direção ao Piso do Dieese), não invalida a conquista. Piso é um valor inicial. No município de São Paulo, os R\$ 950 não alteram nossas conquistas nos valores que a categoria recebe, pois a lei não permite reduzir salários. O argumento de que o Piso é “Teto salarial” se ampara**

em confusões gestadas por governos liderados pelo PSDB que não querem aplicar a lei. No Município de São Paulo, ampliaria as horas atividades da JBD para 10h/a, abrindo a necessidade de concurso público para mais professores. Com a lei, um professor de Artes (ou Inglês) cumpriria seu horário num único período, um professor de língua portuguesa cumpriria a jornada em menos de 5 dias da semana. Isso dá um impacto imediato na vida dos que estão nas salas de aula, melhorando a qualidade e, também, abriria milhares de postos de trabalho.

**4.17.9 - A lei do piso diz respeito aos trabalhadores de São Paulo que priorizam a unidade, a independência e a luta em defesa da educação! São milhares de profissionais pelo Brasil afora que ganham muito menos que os R\$ 950 e se quer têm horas/atividade. O engajamento do SINPEEM na luta nacional chamada pela CNTE pela aplicação da lei, contra os governos do PSDB, é o caminho mais curto para impor o piso do Dieese e jornadas com 50% de hora/atividade. Forcemos Lula a dar os próximos passos - ampliar o valor e estender a todos os trabalhadores em educação, exigir o fim do PDE que contém a avaliação de desempenho, o fim da municipalização. Lula sancionou a Lei, agora é preciso nos engajarmos na mobilização nacional e marchar à Brasília para cobrar os passos seguintes.**

#### **4.18 – PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) 30% das receitas tributárias e decorrentes de transferências, exclusivo para manutenção e desenvolvimento do ensino;
- b) mais verbas para a educação;
- c) verbas públicas exclusivamente para a escola pública estatal;
- d) cumprimento dos artigos 70 (com exclusão no inciso V) e 71 da LDB, que definem as despesas que são consideradas ou não como manutenção e desenvolvimento do ensino;
- e) aprovação de lei que puna, com a perda imediata do mandato, aquele que incluir despesas com previdência, saúde, segurança, administração e cultura, como gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino;
- f) a constituição de comissão municipal para controlar e fiscalizar receitas destinadas à educação, com a participação das entidades de classe, da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais, por meio de processo eletivo;
- g) ampliação para, no mínimo, 10% do PIB para investimentos em educação;
- h) fortalecimento dos Conselhos para controle e fiscalização das verbas da educação;
- i) por uma verdadeira política de financiamento da educação, que leve em conta o custo aluno/qualidade.

# EMENDAS SUBSTITUTIVAS

## CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR A LETRA I:

- i) pelo financiamento integral da educação pública pelo Estado para todos os níveis. Fim da política de fundos, de custo-aluno “qualidade” etc.;

## UNIDADE DE OPOSIÇÃO – SUBSTITUIR AS LETRAS F e G:

- f) a constituição de comissão municipal paritária e proporcional para controlar e fiscalizar receitas destinadas à educação, com a participação efetiva das entidades de classe, da comunidade escolar e movimentos sociais, por meio de processo eletivo;
- g) elevação dos recursos para educação para 10% do PIB, até alcançar 15%;

# EMENDA MODIFICATIVA

## UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ALTERAR AS LETRAS C e H PARA:

- c) verbas públicas exclusivamente para a escola pública estatal.  
**Não à política de fundos (Fundeb);**
- h) *alterar: fortalecimento dos Conselhos para controle e fiscalização das verbas da educação para:: fortalecer os Conselhos de Escola para controle e fiscalização das verbas da educação;*

### 4.19 - ENSINO MUNICIPAL

**4.19.1** - Ao longo dos últimos anos, o ensino municipal foi perdendo o seu comprometimento com o processo de ensino/aprendizagem nos sucessivos governos e acabou assumindo funções de caráter assistencial. Com isso, o que vemos são escolas enfrentando sérios problemas para cumprir o seu papel: educar e ensinar.

**4.19.2** - A situação é crítica e tem de ser revertida, o que só será possível a partir do momento em que o poder público começar a priorizar a educação, com mais investimentos no setor e valorização de seus profissionais, com melhores salários e condições adequadas de trabalho.

**4.19.3** - Ao contrário do que é necessário, há uma ânsia em padronizar nossas escolas, de uma forma em que todo o processo ensino/aprendizagem se restringirá a uma constante medição e quantificação, mediante centenas de gráficos, tabelas, regras e modelos de eficiência e produtividade, ou seja, a partir de um padrão, todas as escolas da rede terão a missão de atingir este modelo previamente estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação.

**4.19.4** - Está claro que tal pretensão fere a autonomia das escolas na construção de sua proposta pedagógica. Esta autonomia, para o SINPEEM, é um princípio basilar contido na LDB. É prerrogativa da escola, elaborar e executar sua proposta pedagógica.

**4.19.5** - Da mesma maneira, a gestão democrática na rede municipal de educação de São Paulo, preceituada nas leis que dispõem sobre os estatutos dos profissionais de educação, não deixa dúvidas sobre a necessidade da participação do Conselho de Escola no processo de tomada de decisões no interior da unidade escolar.

**4.19.6** - Defendemos que as escolas avaliem seus alunos, suas práticas e seus projetos, em termos de diagnóstico, sinalizando para as correções necessárias no decorrer dos processos vivenciados.

**4.19.7** - Lutamos e conseguimos evitar que a SME elaborasse e anunciasse o *ranking* das escolas, após o resultado da Prova São Paulo, para atender, inclusive, às pressões da mídia e de organizações não-governamentais interessadas em enfraquecer a escola pública e valorizar o ensino privado. Portanto, não podemos concordar com práticas que cristalizam resultados e não apontam para melhorias paulatinas e crescentes.

**4.19.8** - Classificar como incentivo uma luta em que supostamente os mais capazes superam os incapazes é mecanismo do liberalismo, (individualismo e livre concorrência) aplicado à educação como indutor a uma suposta cultura do sucesso, que não aceitamos, por ser uma prática nefasta ligada à competitividade exacerbada, em detrimento da cultura da solidariedade e da cooperação. A troca de experiências e vivências é essencial para o desenvolvimento harmônico das crianças e dos adolescentes.

#### **4.20 – PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) prioridade à construção de escolas regulares, visando à redução do número de alunos por sala de aula;
- b) aplicação das receitas vinculadas à manutenção e desenvolvimento do ensino exclusivamente nas escolas públicas;
- c) lutar contra a utilização dos recursos públicos da educação em contratos de terceiros e parcerias;
- d) lutar pela realização de concursos públicos;
- e) projetos de recuperação paralela, com pontuação especial para evolução funcional dos educadores que a realizarem;
- f) autonomia da unidade escolar para construir suas metas e a proposta político-pedagógica;
- g) execução dos programas de assistência social ao aluno, sejam executados com recursos distintos aos da manutenção e desenvolvimento do ensino e locados fora das unidades educacionais;
- h) adaptação arquitetônica, material e pessoal para o atendimento de crianças com necessidades especiais.

## EMENDA MODIFICATIVA

### UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ALTERAR A LETRA D:

*acrescentar ao final da frase o que segue:*

**d) lutar pela realização de concursos públicos, inclusive com ações no ministério público.**

## EMENDA SUPRESSIVA

### CORRENTE PROLETÁRIA – SUPRIMIR A LETRA E.

#### 4.21 - EDUCAÇÃO INFANTIL

**4.21.1** - Ao reconhecer a falta de vagas para crianças de zero a três anos de idade, o secretário municipal de Educação de São Paulo, Alexandre Schneider, afirmou que são necessários mais investimentos para a expansão da rede física escolar.

**4.21.2** - Na pior das hipóteses, para atender todas as crianças na faixa de zero a três anos, que as famílias se interessaram mas não encontraram vagas, é preciso mais do que triplicar o número de unidades da rede direta existente.

**4.21.3** - O quadro não é muito diferente para atender às crianças com idade de quatro e cinco anos.

**4.21.4** - Não podemos aceitar a política de expansão de unidades de educação infantil (CEIs) conveniadas, cujos critérios de número de funcionários por criança, formação de profissionais, jornadas de trabalho e adequação do espaço são inferiores aos aplicados nas unidades da administração direta. Isto implica em rebaixar a qualidade do atendimento dos direitos da população.

## EMENDA ADITIVA

### UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AO FINAL DO PARÁGRAFO

#### 4.21.4:

**4.21.4** - Não podemos aceitar a política de expansão de unidades de educação infantil (CEIs) conveniadas, cujos critérios de número de funcionários por criança, formação de profissionais, jornadas de trabalho e adequação do espaço são inferiores aos aplicados nas unidades da administração direta. Isto implica em rebaixar a qualidade do atendimento dos direitos da população.

**Combate ao projeto 'Mãe-crecheira', ou projetos semelhantes de desregulamentação da educação infantil.**

**4.21.5** - Construir unidades custeadas e administradas diretamente pela Prefeitura e contratar professores e demais profissionais de educação por concurso.

#### 4.22 - DEFENDEMOS:

- a) manutenção dos atuais estágios na educação infantil;
- b) redução do número de alunos por sala de aula, obedecendo à seguinte distribuição:

<b>Criança/idade .....</b>	<b>nº de educadores .....</b>	<b>criança por sala</b>
0 a 11 meses .....	1 .....	7
1 ano a 1 ano e 11 meses .....	1 .....	9
2 anos a 2 anos e 11 meses .....	1 .....	12
3 anos a 3 anos e 11 meses .....	1 .....	18
4 anos a 4 anos e 11 meses .....	1 .....	20
5 anos a 5 anos e 11 meses .....	1 .....	25
Ensino fundamental .....	1 .....	25
Ensino médio .....	1 .....	25
Ensino de Jovens e Adultos .....	1 .....	25
Emee 1ª a 4ª séries .....	1 .....	6 a 8
Emee 5ª a 8ª séries .....	1 .....	8 a 10

- c) construção de mais unidades de educação infantil;
- d) recesso em julho e férias em janeiro para os profissionais de CEIs,
- e) garantia do cumprimento das horas/atividades para ADIs/PDIs;
- f) 15 minutos de intervalos também nos CEIs;
- g) dispensa de ponto para cursos de aperfeiçoamento;
- h) atendimento igualitário às reivindicações por material, pessoal de apoio e cursos de aperfeiçoamento;
- i) garantia de direitos e condições para o desenvolvimento do trabalho com qualidade;
- j) integração do quadro de apoio dos CEIs ao quadro dos profissionais de educação;
- k) fim do rodízio de classes;
- l) melhores condições de trabalho e formação permanente para os profissionais de educação infantil;
- m) redução na proporção de cinco alunos por sala para cada aluno com necessidades especiais por sala de aula;
- n) mais professores na condição de “volantes” por unidade;
- o) fim das creches conveniadas e que a Prefeitura assuma a administração direta das mesmas;
- p) CEIs exclusivamente da administração direta e fim dos convênios existentes.



## **EMENDA ADITIVA**

### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR A LETRA Q:**

q) **contra o ensino fundamental de nove anos, pelo retorno das crianças de seis anos para a educação infantil.**

### **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA – ACRESCENTAR A LETRA Q:**

q) **número máximo de 25 alunos por sala.**

## **EMENDA MODIFICATIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – ALTERAR A LETRA C:**

c) **construção de mais unidades de educação infantil e fim das creches conveniadas**

#### **4.23 - ENSINO FUNDAMENTAL**

**4.23.1** - Com a ampliação do ensino fundamental em mais um ano, que deve ocorrer até 2010, é necessário que as redes se adaptem para receber esta clientela. Adaptação esta que deve passar pelo espaço físico, formação dos profissionais de educação, condições de trabalho e projeto pedagógico específico para o novo ensino fundamental de nove anos, com iniciação da criança aos seis anos de idade.

## **EMENDA ADITIVA**

### **COMPROMISSO E LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 4.23.2 AO 4.23.3:**

#### **4.23.2 – ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS**

**4.23.2.1** - **Temos abordado este tema em vários congressos. As deliberações que já definimos em outros congressos se mantêm válidas.**

**4.23.2.2** - **O governo municipal não teve condições de avançar na solução deste problema. O prazo final se aproxima e as escolas ainda não foram preparadas para o ensino de nove anos.**

**4.23.2.3** - **Não houve alteração dos espaços físicos, entrega de material didático específico e formação do professor que é o mínimo necessário para a implantação.**

**4.23.2.4** - **Tudo que ocorre no município de São Paulo é prova que o governo Federal na ânsia de resolver os problemas nacionais através da lei, engessou as possibilidades de termos saídas regionalizadas de acordo com a necessidade de cada município.**

**4.23.2.5 - Tudo bem a educação ser obrigatória a partir dos seis anos de idade para tirar da fome abandono e trabalho infantil, muitas crianças deste país, mas daí ela ser incluída no ensino fundamental é um grande erro, com isso o governo decretou que a infância termine antes que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estipula, e todos que entendem de educação infantil defendem, uma vez que as crianças com seis anos completos são colocadas em espaços que não atende as suas necessidades, ou arremedos que muitos municípios tem feito onde a criança com seis anos frequenta a creche, mas pertencer ao ensino fundamental. Isso é um desrespeito com uma idade tão delicada, que precisa cuidado, carinho e aconchego para poder se desenvolver com segurança emocional e preparada para adquirir conhecimento para a sua vida.**

#### **4.23.3 - PROPOMOS**

**a) um amplo debate com a sociedade através do Plano Municipal de Educação.**

#### **4.24 - DEFENDEMOS:**

- a) espaço físico: as escolas de ensino fundamental precisam de espaços em que as crianças tenham condições de desenvolvimento psicomotor;
- b) formação dos profissionais de educação: deve, prioritariamente, atender à formação pedagógica exigida na LDB, podendo ser oferecidos cursos específicos para o profissional que vier a atender ao primeiro ano do ensino fundamental das crianças com seis anos de idade;
- c) projeto pedagógico voltado para o sucesso da inserção de crianças com seis anos de idade no primeiro ano do ensino fundamental, que considere a divisão do espaço e tempo no desenvolvimento das atividades destinadas às crianças;
- d) condições de trabalho que propiciem ao profissional o bom desempenho da sua atuação;
- e) formação específica para o atendimento nas séries iniciais;
- f) profissionalização do quadro de apoio por concurso, para que cumpra também o seu papel de educador;
- g) obrigatoriedade de professores especialistas de Artes e Educação Física desde a educação infantil;
- h) ampla divulgação sobre os direitos da criança em sua vida escolar;
- i) implementação efetiva do ensino fundamental em ciclos, considerando o processo de reconstrução do conhecimento pelo educando;
- j) garantia do acesso à educação para toda a população, respeitadas as faixas etárias e as necessidades especiais dos alunos;
- k) redução da quantidade de alunos com necessidades especiais/sala, na proporção de cinco por turma,
- l) exigir melhores condições de atendimento aos alunos com necessidades especiais educacionais;

- m)** prever um número maior de agentes escolares e auxiliares técnicos para atender estes alunos com necessidades especiais;
- n)** nas classes regulares, ter um professor em conjunto com o(s) professor(es), especializado(s) ou capacitado(s), para acompanhar alunos com necessidades especiais (nem todos podem frequentar a sala de Saai);
- o)** exigir do poder público o cumprimento da parceria efetiva com as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde no atendimento aos alunos com necessidades especiais, principalmente no primeiro diagnóstico realizado pelo médico ou psicólogo;
- p)** espaços como biblioteca com acervo adequado às idades, sala de informática com acervo também adequado as idades, salas de vídeo, arte, brinquedoteca e laboratórios como condições fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de qualidade;
- q)** criação de salas para alunos especiais com professores de formação específica;
- r)** a organização do ensino em ciclos, sem promoção automática e com direito à recuperação paralela;
- s)** adaptação da estrutura de todas as escolas à organização do ensino em ciclos;
- t)** trabalho político pedagógico sistemático e condições que favoreçam a organização do ensino em ciclos;
- u)** avaliação contínua e diagnóstica, acompanhada das condições necessárias para executar atividades que permitam aos alunos superar as dificuldades;
- v)** expansão das Salas de Apoio Pedagógico (SAPs) e Salas de Apoio Pedagógico aos Portadores de Necessidades Especiais (Sapnes), de acordo com as necessidades das escolas;
- w)** defesa do princípio de progressão do aluno em contraposição às idéias de promoção automática ou de promoção/retenção;
- x)** garantia da representatividade pluriétnica da sociedade no currículo escolar;
- y)** redefinição do módulo de professores por unidade escolar, para assegurar a execução dos trabalhos de apoio e reforço de aprendizagem;
- z)** exigir da SME que a autonomia das escolas seja sustentada pela existência de relações democráticas entre as unidades escolares e os órgãos centrais;
- aa)** que a avaliação do aluno considere os aspectos do seu desenvolvimento: conhecimento, socialização, formação de valores e habilidades cognitivas;
- bb)** a avaliação como um instrumento para identificar as necessidades da escola para superar as desigualdades nas condições de aprendizagem e não como identificador do fracasso do aluno e instrumento de punição ao professor;
- cc)** incentivo aos grêmios estudantis livres.

#### **4.25 - DEMANDA E REDUÇÃO DE TURNOS DAS ESCOLAS**

**4.25.1** - A Secretaria Municipal de Educação (SME) deu continuidade à sua política de redução de turnos de funcionamento das unidades, anunciada no início da gestão. Para o próximo ano, menos de uma centena de escolas ainda terão o turno intermediário.

**4.25.2** - A par do aspecto positivo que a redução da quantidade de turnos pode trazer para a escola, ressaltado pelo governo e por muitos acadêmicos, não podemos deixar de vinculá-la à necessária e obrigatória redução do número de alunos por sala de aula, à construção de novas e modernas unidades e à recuperação das já existentes. Do contrário, o objetivo de extinguir o terceiro turno se revelará como simples bandeira política eleitoral, com graves conseqüências para os direitos dos cidadãos e dos profissionais de educação.

**4.25.3** - Para o SINPEEM, a redução de turnos, como está ocorrendo, é inaceitável. É inadmissível estabelecer tais mudanças sem que sejam resolvidos, de fato, antigos problemas como a falta de professores e de funcionários, reformas prometidas em unidades e não-executadas, ampliação de espaços físicos (pátios e quadras), não-atendimento à toda a demanda e superlotação das classes.

#### **4.26 – PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) expansão da rede com construção de escolas;
- b) redução do número de alunos por sala;
- c) redução de turnos vinculada à redução do número de alunos por sala, atendimento à demanda e preservação do emprego e direitos dos profissionais de educação;
- d) contra a redução do tempo escolar da EJA;
- e) não às escolas pólo;
- f) não à ampliação de jornadas e contratação de mais professores;
- g) reabertura das salas fechadas no período noturno nas unidades em que há demanda.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **COMPROMISSO E LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 4.27 AO 4.30: 4.27 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

**4.27.1** - O município de São Paulo a vários governos não tem implementado uma política especial para o ensino de jovens e adultos. É imprescindível uma política urgente que garanta o acesso e educação de qualidade aos jovens e adultos.

**4.27.2** - O alto índice de desemprego, que tem afetado até aqueles que concluíram o ensino médio, sem sombra de dúvida tem desestimulado a procura pela escolarização.

**4.27.3** - A demanda de EJA infelizmente está longe de ser atendida, mas todos os governos têm se negado a fazer o censo e uma verdadeira chamada pública.

4.27.4 - Com a vitória do SINPEEM para retornar a grade anterior, formar a comissão com a participação do sindicato para divulgar a EJA e ampliar as matrículas, temos melhores condições de trabalho. Discutir a organização desta modalidade garantindo educação de qualidade aos alunos e a preservação de direitos aos profissionais de educação é mais do que necessário. E, nisto também acertamos ao obrigar SME, a organizar discussões com a rede no próximo ano.

#### 4.28 – PROPOMOS:

- a) realização de um censo qualificativo e quantitativo;
- b) políticas educacionais específicas para EJA;
- c) currículo próprio que dialogue com o mundo do trabalho e da cultura e contemple a diversidade que caracteriza; gênero, etnia e faixa etária;
- d) ações de atendimento flexíveis que considerem as diferentes possibilidades de tempo e espaço de jovens e adultos para a frequência as aulas;
- e) implementação de políticas que contemplem, nos programas de EJA, os aspectos de acesso, gestão democrática e continuidade de estudos;
- f) que o SINPEEM lute para que essas propostas façam parte do PME.

#### 4.29 - VIOLÊNCIA

4.29.1 - O fenômeno da violência e da indisciplina no contexto escolar, assim como os fenômenos de bullying, assédio moral, tem merecido em vários países, uma atenção especial.

4.29.2 - Ela tem atingido, escolas públicas e privadas de todos os níveis sociais com a mesma intensidade.

4.29.3 - Não se trata de uma questão de segurança pública, mas sim conhecer as causas econômicas, sociais e políticas que levam em determinado momento o surgimento da violência em maior ou menor grau em determinada escola ou comunidade.

4.29.4 - É imprescindível tomar medidas que reforcem a autoridade e importância dos docentes, uma maior responsabilização da família e dos governos

4.29.5 - Os governos não podem mais se furtar a necessidade de um plano de ação urgente: que valorize socialmente o profissional de educação, a escola e a necessidade da formação escolar.

#### 4.28 - PROPOMOS:

- a) que o PME tenha metas e projetos para erradicar a violência das nossas escolas
- b) levarmos a CNTE a reivindicação que seja feita uma ampla campanha nacional de valorização da escola e dos profissionais.
- c) que todo profissional que tenha a sua segurança ameaçada seja imediatamente transferido de local de trabalho, como já garante a Lei Maria da Penha.

## **CORRENTE PROLETÁRIA – ACRESCENTAR A LETRA G:**

**g) fim do Mova.**

### **OPOSIÇÃO DE LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 4.27 AO 4.29:**

**4.27 - Os governos federal, estadual e municipal aplicam os planos de FMI/Bird ao tirar o Estado de todas as funções sociais. Na educação, essa política é desde a Conferência Mundial de Educação para todos, 1990. Suas reformas privatistas decretam o fim da garantia da Escola Pública e gratuita para todos. As metas estão no plano decenal, de 1993. Nesse acordo estão: abandono da universalização do ensino público; a gestão da escola pública baseada na qualidade total, vinculação do salário dos profissionais em educação à Avaliação de Desempenho, ligadas às metas de produtividade.**

**4.28 - A LDB (Lei nº 9.394/96) legaliza essa política. Lula segue o receituário do Banco Mundial e dá o exemplo aos governadores e prefeitos. Apresentou o Plano Nacional de Educação e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PED), através do Decreto do Executivo nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Lula/Serra/Kassab promovem o sucateamento da educação pública, com as seguintes reformas:**

- a) reforma universitária: 1. favorecimento das universidades privadas, por meio da “estatização” de vagas (Prouni, Reuni); 2. precarização das condições de trabalho, flexibilização dos direitos trabalhistas; 3. ataque à gratuidade (incentivos a fundações e PPPs); 4. expansão de vagas apenas através do ensino a distância; 5. entrega a autonomia universitária aos burocratas;**
- b) reforma do ensino médio e do ensino técnico: unifica as duas modalidades, tira dois anos de estudos para os estudantes e gera desemprego para os professores.**
- c) Programa Nacional de Inclusão de Jovens - “Pro-Jovem”: é a parceria com empresas privadas, visa à redução do número de escolas com EJA noturno. É desemprego;**
- d) Fundeb: seqüência do Fundef, reduz gastos públicos. Prioriza a quantidade em vez da qualidade, destina verbas de acordo com número de matrículas e de aprovados, incentiva a política de bônus, não dá aumento real de salários, faz avaliação de desempenho. Porém, garante aos Estados e municípios com administrações “eficientes” e políticos “comprometidos”, receberem vencimentos iniciais maiores;**
- e) municipalização: traz a superlotação de salas; excesso de trabalho; fechamento de salas e demissão de professores das redes estaduais.**

**4.29 - As direções da CUT, UNE, SINPEEM e Apeoesp colaboram para a aplicação de todas essas reformas, porque não denunciam e nem organizam estudantes, professores e funcionários. Que haja rompimento com OS GOVERNOS LULA/SERRA/KASSAB. ORGANIZAR A GREVE PARA BARRAR OS ATAQUES!**

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AS LETRAS G e H:**

**g) pela garantia de, no mínimo, 1/3 da jornada com a ampliação das horas/atividade em local de livre escolha na JBD, sem prejuízo da manutenção da Jeif;**

**h) reafirmar os Congressos anuais do Sinpeem, pois é um dos espaços de debate da categoria que foi conquistado com muita luta.**

## **EMENDA MODIFICATIVA**

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ALTERAR A LETRA E:**

**e) não à ampliação de jornadas e manutenção da JB (20 aulas) como jornada de opção;**

# **5 – QUESTÃO FUNCIONAL**

#### **5.1 - DEFESA PERMANENTE DOS DIREITOS E DAS CARREIRAS QUE COMPÕEM O QUADRO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO**

## **EMENDA MODIFICATIVA**

#### **COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CITE) – ALTERAR O PARÁGRAFO 5.1:**

**5.1 - Ao reconhecer que “não conseguimos tudo que reivindicamos” e considerar um “grande equívoco” a posição dos que defendem a revogação da Lei nº 14.660/07, alegando que isto implicaria em deixar um vácuo legal, no lugar, a direção majoritária se contradiz e nega o caráter histórico, que é o de enfrentar e negar propostas que acabem com os direitos dos trabalhadores.**

**5.1.1 - O contínuo agravamento da crise social e a incapacidade do poder público de dar respostas efetivas em relação à baixa qualidade do ensino, ao atendimento à saúde, à crescente violência e à insegurança, por mais que se diga o contrário, não podem deixar de ser vinculados às políticas de arrocho salarial, falta de investimentos em formação, redução e desmonte de quadros de pessoal, aplicação de vínculos precários de contratação, desestruturação das carreiras e eliminação de direitos dos servidores, implementados por diferentes governos da União, dos Estados e dos Municípios.**

## **EMENDA ADITIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 5.1.1.1:**

**5.1.1.1 - A exemplo disto temos a Reforma da Previdência de Lula (PT), que prejudicou os servidores públicos em todas as esferas e categorias. No município, Kassab (DEM/PSDB/PPS), com a Lei nº 14.660/07, restringiu direitos, sobretudo referentes à evolução funcional.**

**5.1.2 -** Os servidores municipais de São Paulo, em particular os profissionais de educação, por terem claro que a nossa luta é muito maior que a legítima defesa dos nossos direitos corporativos, nunca deixaram de realizar lutas em defesa dos serviços públicos, educação pública de qualidade e pela valorização e direitos profissionais.

**5.1.3 -** No ano passado, as discussões e as negociações com a SME sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários envolveram toda a rede.

**5.1.4 -** Não conseguimos tudo o que reivindicamos. No entanto, por mais que se force uma leitura negativista de todo o processo, não é possível a ninguém ignorar o que foi conquistado como resultado da luta do sindicato.

**5.1.5 -** Além de direitos profissionais obtidos, foram implementadas bases legais que podem permitir mudanças estruturais na organização das escolas e do exercício da nossa profissão.

## **EMENDA SUPRESSIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUPRIMIR O PARÁGRAFO 5.1.3**

**5.1.6 -** A nossa carreira, por exemplo, consolidada na legislação que temos, foi estruturada depois de muitos anos de luta, tendo como parâmetro orientador a função social da profissão de educador (docentes, gestores e pessoal do apoio à educação) e as necessidades educativas. Na organização do quadro e das carreiras contidas nos nossos estatutos, sempre foram considerados critérios de avaliação e qualificação do trabalho inseridos em processo de avaliação institucional, do sistema e dos estudantes, que explicitam nosso compromisso social com a formação das novas gerações e com a qualidade da escola.

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 5.1.1 AO 5.1.4:**

**5.1.1 – A categoria tem sofrido nestes últimos anos as perdas de seus direitos. O governo tem tornado cada dia mais acirrado na sua posição de destruição e dismantelar a educação pública municipal.**



**5.1.2 - As implicações da lei de reestruturação (nº 14.660/07), são maiores do que imaginamos no quesito retirada de direitos. A lei provoca a desqualificação dos educadores através de controle administrativo, currículos pré-encomendados punitivos e coercitivos. Determina uma prática docente a estilos mais autoritários, estreitando os currículos, retira a autoridade dos professores e ataque à liberdade de cátedra; piora assim a situação das escolas e dos profissionais em educação.**

**5.1.3 - Essa lei possui uma abordagem tecnocrática em educação altamente prejudicial aos interesses da classe trabalhadora. Para a educação significa privatizações e parcerias com o setor privado.**

**5.1.4 - Os acontecimentos pós a publicação da Lei nº 14.660 demonstram com clareza. As portarias publicadas demonstram o total descaso à educação pública.**

**5.1.7 - Do poder público exigiu-se o comprometimento com propostas educacionais e financiamento da educação à altura das responsabilidades atribuídas aos educadores.**

**5.1.8 - A mudança das denominações dos cargos dos professores de educação infantil, na jornada de trabalho do cargo docente, na fixação da lotação de todos os professores titulares e ex-adjuntos na unidade escolar, na possibilidade de inclusão na Jeif mesmo fora da regência; a aposta na competência da unidade escolar para a fixação de suas metas e na sua avaliação institucional; a vinculação do valor da hora/aula a sua duração, entre outras questões, ainda que seus efeitos não sejam imediatos, se enquadram nestas afirmativas e princípios que sustentamos.**

**5.1.9 - No entanto, as mudanças ocorridas não eliminam a necessidade de ajustes e a conquista de avanços e novos direitos.**

**5.1.10 - Consideramos um grande equívoco a posição dos que defendem a revogação da Lei nº 14.660/07. Não é necessário grande esforço para chegar à conclusão de que isto implicaria em deixar um vácuo legal no lugar.**

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

**FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 5.1.6 AO 5.1.10:**

**5.1.6 - A nossa carreira era considerada como uma das melhores do magistério no país, em que pese a necessidade de ampliação de direitos, sofreu um duro ataque com a reestruturação. Perdemos com as novas regras de evolução funcional que desconsidera a aprovação em concurso público, e cursos com menos de 12h de duração e amplia para 3 anos o tempo mínimo para o 1º enquadramento.**

**5.1.7 - A reestruturação aponta para uma gestão centralizada, enfraquecendo os conselhos de escola, deixando para os diretores a incumbência da indicação de cargos/ funções os quais eram escolhidos democraticamente através de eleições via Conselho.**

**5.1.8 - A JB de 20h muitas vezes era utilizada para possibilitar o acúmulo de cargos, com seu fim, este acúmulo ficará prejudicado.**

**5.1.9 - A redução do número de representantes sindicais, para apenas dois por escola, é um profundo ataque à organização sindical. As duras regras do estágio probatório, inclusive com a ampliação do tempo para seu cumprimento, visto que as licenças médicas e maternidade não serão consideradas, e além do mais, o servidor passará por uma severa avaliação, podendo ser exonerado.**

**5.1.10 - A lei prevê a ampliação da duração da hora/aula, o que para muitos será o fim do acúmulo.**

**5.1.11 - A incorporação das gratificações, a transformação do adjunto com a garantida de lotação na unidade e inclusão na JBD; a garantia da remuneração pelo valor da JBD, em qualquer circunstância, para todos os docentes, a fixação da lotação de todos os docentes nas unidades escolares; as tabelas de vencimentos com graus e níveis; o direito de enquadramentos por evolução funcional, promoção e progressão, entre outros, simplesmente deixaram de existir.**

**5.1.12 - O fato de não defendermos a revogação da lei que às duras penas e pelo esforço da nossa atuação, impediu que o governo destruísse a nossa carreira, a jornada especial e tantos outros direitos, não implica em deixar de lutar por alterações para, inclusive, incluir artigos que modifiquem, ampliem, criem novos direitos.**

## **EMENDAS SUBSTITUTIVAS**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 5.1.4 AO 5.1.12:**

**5.1.4 - Kassab pôs em prática seu plano de desmonte da carreira do magistério. A Lei nº 14.660/07 significou somente perdas para os profissionais da educação. As conquistas relatadas pela ala majoritária da diretoria são ínfimas diante dos sucessivos ataques que ocorrem a todo o momento: fim da Jeif para os readaptados, fixação da jornada mínima para 25h/a (inviabilizando o acúmulo), novos critérios para a evolução funcional (dificultado ainda mais a possibilidade de se evoluir na carreira, sobretudo quando em estágio probatório), redução do número de representantes sindicais por escola etc. É possível derrotar o governo, desde que haja uma mudança radical na forma de conduzir o sindicato. É preciso organizar a classe e rechaçar a política da burocracia do Sinpeem, que é de conciliação com o governo e submissão do movimento ao eleitoralismo e às disputas parlamentares.**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 5.1.11 E 5.1.12:**

**5.1.11 - Temos de continuar lutando em defesa da carreira, por melhores condições de trabalho e por novas conquistas. Assim, devemos defender a ampliação da tabela de referências, redução do tempo e dos títulos necessários para evolução e por demais vantagens de nossa carreira.**

**5.1.12 - Somente com mobilização e organização conseguiremos vitórias. Na greve de 2006, as grandes mobilizações forçaram o governo a recuar. Nenhuma ilusão ao parlamento, nenhuma ilusão ao governo Kassab!**

## **5.2 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) lutar pela manutenção, ampliação e novos direitos;
- b) gestão democrática, com funcionamento legal do Conselho Deliberativo;
- c) progressão na carreira;
- d) definição da organização e fixação do campo de atuação dos profissionais do ensino;
- e) manutenção do provimento dos cargos da carreira do magistério por concursos de provas e títulos de ingresso;
- f) alteração da lei, para que a investidura em cargo da classe II do concurso da carreira do magistério volte a ser por acesso e por ingresso;
- g) reorganização das carreiras que integram o quadro de apoio;
- h) composição das carreiras do quadro de apoio em classes e as classes em categorias distintas por evolução funcional, e de acesso;
- i) inclusão de novo prazo para opção para mudança de cargo e jornada docente;
- j) ampliação da quantidade dos níveis e graus das tabelas de vencimentos do quadro do magistério e do quadro de apoio, contidas no anexo da lei nº 14.660/07, tendo em vista o regime previdenciário;
- k) ajuste nos critérios e interstícios da tabela que combina tempo e título, para fins evolução funcional, permitindo que o fator título seja, de fato, um acelerador para que o professor possa chegar à última referência em menor tempo;
- l) inclusão do direito de férias em julho e janeiro, para todos os profissionais dos CEIs, Emeis, Emefs, Emefms, Emees e Ciejas;
- m) reconhecimento da especificidade da docência, com a criação da Jornada de Tempo Integral exclusiva, por opção do professor, reversível anualmente e com valor no mínimo igual a três vezes o valor da atual Jeif;
- n) garantia da mesma composição Jornada Especial Integral para os professores dos CEIs;
- o) fixação na lei dos direitos e deveres específicos dos integrantes do magistério;
- p) gratificação de 50% pelo serviço noturno, prestado a partir das 19 horas;
- q) hora excedente com valor 100% superior à hora da jornada do cargo;
- r) direito de enquadramento em referências de maior valor na tabela de vencimentos para os comissionados estáveis e não-estáveis;
- s) ampliação de 6,5% para 10% da diferença entre um grau e outro e um nível e outro da tabela de vencimentos;
- t) direito de permanência de um quinto da remuneração a cada dois anos de exercício na jornada especial ou por diferença por exercício de cargo/função;

- u) alteração na forma de provimento do cargo de secretário de escola para que se dê por concurso;
- v) extensão dos ganhos judiciais para todos, restabelecendo a isonomia salarial;
- w) quadros profissionais de servidores, integrados por todos os envolvidos com a mesma atividade fim;
- x) direito de opção para que os seguintes servidores que hoje atuam na educação possam integrar o Quadro dos Profissionais de Educação:
  - x.1) agente de apoio;
  - x.2) agente de vigilância;
  - x.3) assistente de gestão de políticas públicas;
  - x.4) agente administrativo de vigilância/zeladoria;
  - x.5) agente administrativo de serviços gerais;
  - x.6) administrador/gerente de projetos;
  - x.7) auxiliar técnico de desenvolvimento;
  - x.8) contador;
  - x.9) bibliotecário.
- z) manutenção do Quadro dos Profissionais de Educação, composto por quatro subquadros:
  - 1) quadro do magistério;
  - 2) quadro operacional e auxílio técnico administrativo escolar;
  - 3) quadro do pessoal de apoio técnico e planejamento;
  - 4) quadro do pessoal da administração.
- z.1) definição das áreas de atuação dos integrantes dos subquadros, obedecendo aos seguintes locais de exercício:
  - 1) quadro do magistério:
    - a) unidades escolares;
    - b) órgão intermediário, em funções estritamente técnico-pedagógicas;
    - c) órgão central, em funções estritamente técnico-pedagógica.
  - 2) quadro operacional e auxílio técnico administrativo escolar:
    - a) unidade escolar, exclusivamente.

- 3)** quadro do pessoal de apoio técnico e planejamento:
  - a)** órgãos intermediários e central da SME.
- 4)** quadro do pessoal da administração:
  - a)** órgãos intermediário e central da SME.
  - aa)** fim da avaliação de desempenho e seu conteúdo demissionário;
  - bb)** nenhuma perda de direitos para os professores readaptados;
  - cc)** redução da jornada do quadro de apoio sem redução de salários;
  - dd)** contagem do tempo de ADI para todos os efeitos no cargo de PDI;
  - ee)** por uma política de recuperação e valorização salarial dos trabalhadores em educação;
  - ff)** direito de opção pela Jornada Especial Integral de Formação (Jeif) e garantia de permanência de parcelas relativas ao seu valor, nos seguintes termos:
    - 1)** um sexto da Jeif ao completar quatro anos, continuados ou não, nesta jornada;
    - 2)** dois sextos do valor da Jeif ao completar oito anos, continuados ou não, esta jornada;
    - 3)** três sextos do valor da Jeif ao completar 12 anos, continuados ou não, nesta jornada;
    - 4)** quatro sextos do valor da Jeif ao completar 16 anos, continuados ou não, nesta jornada;
    - 5)** cinco sextos do valor da Jeif ao completar 20 anos, continuados ou não, nesta jornada;
    - 6)** valor integral da Jeif, tornando permanente quando completar 22 anos de magistério e, no mínimo, 10 anos continuados ou não nesta jornada;
    - 7)** reconhecimento legal das jornadas especiais como jornadas do cargo docente;
    - 8)** em defesa da carreira do magistério municipal e contra a retirada de direitos;
    - 9)** formação pedagógica e capacitação técnica continuada.

## **EMENDA ADITIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – ACRESCENTAR GG:**

**gg) por um plano de carreira que atenda às reivindicações dos trabalhadores:**

- 1. jornada básica de 20h e 20 HTPL (horas pedagógicas em local de livre escolha);**
- 2. piso nacional de R\$ 2.750,00 (salário mínimo vital);**
- 3. Escala Móvel de Reajuste Salarial;**
- 4. Escala Móvel de Horas de Trabalho (divisão das aulas existentes por todos que estão aptos para o trabalho);**
- 5. redução do tempo de trabalho em sala de aula, sem prejuízo de salário, a partir da metade da carreira;**
- 6. licença-prêmio a cada cinco anos de trabalho (licença remunerada para participar de atividades/cursos etc.);**
- 7. efetivação de todos os contratados.**

## **EMENDAS SUBSTITUTIVAS**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR A LETRA J:**

**j) revogação da Lei nº 14.660/07;**

### **COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CITE) – SUBSTITUIR AS LETRAS A, B:**

**a) pela revogação da Lei nº 14.660/07;**

**b) estabelecer um fórum sindical permanente com a categoria, apresentar e defender propostas de leis.**

## **EMENDA MODIFICATIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ALTERAR O TEXTO DA LETRA J:**

Excluir da frase o trecho “contidas no anexo da Lei nº 14.660/07”, ficando o texto com a seguinte redação:

**j) ampliação da quantidade dos níveis e graus das tabelas de vencimentos do quadro do magistério e do quadro de apoio, tendo em vista o regime previdenciário;**

## **EMENDA SUPRESSIVA**

**FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUPRIMIR A LETRA M.**

### **5.3 - QUADRO E CARREIRA**

#### **5.3.1 - OPERACIONAL E TÉCNICO-ADMINISTRATIVA**

**5.3.1.1** - Não aceitamos a terceirização dos serviços. Defendemos os direitos do quadro de apoio, sua carreira e a investidura nos cargos por concurso público.

**5.3.1.2** - Para os atuais agentes escolares e de apoio, defendemos a mudança de denominações e atribuições, combinada com a realização de concursos para os cargos das carreiras que integram este quadro.

**5.3.1.3** - Não podemos defender a transformação e a mudança das atribuições sem vincular a obrigatoriedade de realização de concurso público, permitindo ao governo condições e tranquilidade para levar adiante a terceirização.

## **EMENDA SUPRESSIVA**

**FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUPRIMIR O PARÁGRAFO 5.3.1.3.**

**5.3.1.4** - Precisamos do quadro operacional e de auxílio técnico-administrativo escolar composto de cargos de provimento efetivo e funções de livre provimento exclusivamente nas unidades escolares, com as seguintes configurações:

**a)** classe I – serviços de apoio operacional:

- 1) agente de serviços gerais;
- 2) agente de vigilância e zeladoria;
- 3) auxiliar de merendeira;
- 4) merendeira.

**b)** classe II – serviços de apoio ao aluno:

- 1) agente de apoio ao aluno;
- 2) atendente de enfermagem;
- 3) auxiliar de enfermagem;

4) enfermeiro.

c) classe III: serviços administrativos:

1) auxiliar técnico de educação;

2) secretário de escola;

3) técnico em contabilidade;

4) assistente técnico em informática.

## **EMENDA ADITIVA**

**FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – SUBSTITUIR AS LETRAS A-3 E A-4:**

**a) 3 - substituir auxiliar de merenda por auxiliar de cozinha**

**a) 4 - substituir merendeira por cozinheira**

### **5.4 - QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO E DE PLANEJAMENTO**

**5.4.1** - Composto de cargos efetivos e funções necessárias ao funcionamento, atendimento, planejamento e execução das diretrizes, projetos e programas da Secretaria Municipal de Educação, no âmbito das Diretorias Regionais de Educação (DREs), gabinete, Divisão de Orientação Técnica (DOT) e demais órgãos de SME.

### **5.5 - QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO**

**5.5.1** - Composto de cargos efetivos, destinados ao apoio operacional e técnico nas DREs e na Secretaria Municipal de Educação (SME).

### **5.6 – QUADRO DE APOIO: LUTAR CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO**

**5.6.1** - A terceirização dos serviços na rede de ensino vem crescendo e causando prejuízos para a categoria. Este processo teve início com a implementação dos CEUs, na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy.

**5.6.2** - O governo de Gilberto Kassab continua avançando nesta política e abriu ainda mais espaço para a terceirização e a privatização.



## EMENDA ADITIVA

### UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AO FINAL DO PARÁGRAFO 5.6.2:

**5.6.2** - O governo de Gilberto Kassab continua avançando nesta política e abriu ainda mais espaço para a terceirização e a privatização. **A TERCEIRIZAÇÃO É POLÍTICA OFICIAL DO GOVERNO KASSAB. O governo Kassab aprofundou em seu governo a privatização dos serviços nas Unidades Educacionais, praticamente todas as escolas estão com a limpeza e atendimento na cozinha terceirizada. A direção do sindicato parece não ser contra as terceirizações. Ao contrário, propôs um jeitinho para acomodar o quadro de apoio em outras funções.**

**5.6.3** - A ampliação do atendimento à educação infantil via convênios é outra forma de terceirização. Nesta modalidade, a administração tem ampliado os convênios (outro nome para terceirização), repassando recursos às entidades privadas para pagamento de pessoal (diretor, coordenador, professor e quadro de apoio), sem a necessidade de realizar de concurso público.

**5.6.4** - O não-investimento na melhoria das condições de trabalho, no aumento de recurso humanos, nos módulos insuficientes para atender às necessidades das unidades e o grande fluxo de trabalho é responsável pela precariedade de alguns serviços.

**5.6.5** - Responsabilizar os servidores efetivos é o método utilizado para justificar as terceirizações. Há uma privatização progressiva do quadro de apoio à educação, educação infantil e devemos tudo fazer para barrar esta política danosa para os serviços e servidores públicos.

**5.6.6** – Por isso, a realização de concurso para todos os cargos do quadro de apoio, mudança da lei para permitir substituição em casos de licença e readaptação definitiva, adequação do módulo ao tamanho e necessidades das escolas, não podem deixar de constar na nossa pauta.

## EMENDA SUBSTITUTIVA

### UNIDADE DE OPOSIÇÃO – SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 5.6.6:

**5.6.6** - O governo acabou com os concursos públicos para o quadro de apoio, os atuais agentes escolares estão em situação de instabilidade nas escolas. A Portaria que definiu novo módulo para as unidades educacionais ocasionou prejuízos a muitos agentes escolares efetivos que estavam em número superior ao módulo foram considerados excedentes e inscritos de ofício no Concurso de Remoção 2008.

### 5.7 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:

- a) criação de uma política de trabalho de formação continuada para o quadro de apoio;
- b) complementação de escolaridade sob responsabilidade do governo;
- c) garantia de substituição nas licenças do quadro de apoio;

- d) incorporação dos vigias escolares (agentes de apoio) ao QPE;
- e) sala para o quadro de apoio em todas as unidades de trabalho, com infraestrutura adequada;
- f) realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações;
- g) continuação da luta pelo enquadramento dos profissionais dos CEIs no quadro de apoio;
- h) modificação dos critérios para evolução funcional do quadro de apoio,
- i) ampliação do número de cargos de auxiliares técnicos e a organização da carreira em classes distintas;
- j) cursos oferecidos pela administração, específicos para o quadro de apoio de níveis fundamental, médio e superior;
- k) afastamento remunerado e diminuição da carga horária para estudar;
- l) horário de formação dentro da jornada de trabalho, com direito à pontuação para evolução funcional;
- m) instalação das Cipas em todas as unidades;
- n) diárias na colônia de férias compatíveis (proporcionais) ao salário do quadro de apoio;
- o) aumento do módulo de funcionários;
- p) adequação das cozinhas;
- q) produtos de limpeza de qualidade, não-tóxicos;
- r) aparelhos dimensionados para trabalhar em grandes áreas e com grandes volumes;
- s) tratamento e acompanhamento descentralizado dos problemas de postura;
- t) vestiários com chuveiros e local adequado para refeições;
- u) aumento do atual módulo de pessoal.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – ACRESCENTAR AS LETRAS V, X, Z:**

**v) nenhum trabalhador desempregado ou semi-empregado;**

**w) emprego para todos por meio da Escala Móvel das Horas de Trabalho;**

**x) efetivação dos terceirizados.**

## **OPOSIÇÃO REVOLUCIONÁRIA – ACRESCENTAR AS LETRAS V e W:**

v) lutar pela conquista da autonomia escolar apoiando-se nas assembleias escolares (pais, alunos, professores e funcionários);

w) nenhuma ingerência do poder estatal sobre a política administrativa e pedagógica das escolas.

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR A LETRA O:**

o) revogação da portaria que fixa o módulo de agentes escolares;

## **EMENDA MODIFICATIVA**

### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ALTERAR AS LETRAS F e I:**

f) realização urgente de concursos para o quadro de apoio e fim das terceirizações.  
**Concurso de acesso do quadro de apoio para os cargos de ATE;**

i) ampliação do número de cargos de auxiliares técnicos e a organização da carreira em classes distintas. **Quando houver mudança nas atribuições do servidor este deverá ter o direito de optar pelas novas atribuições com remuneração compatível ou permanecer na função;**

## **5.8 - PROMOÇÃO DA SAÚDE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO**

**5.8.1** - A saúde física e mental dos trabalhadores tem sido afetada pelas condições de trabalho e de salário.

**5.8.2** - As mazelas sociais se manifestam nas salas de aula. A Unesco aponta que 30% dos afastamentos em escolas da rede pública no Brasil são motivados pela violência e que os professores brasileiros têm o pior salário, comparados aos seus colegas de profissão de outros 32 países de economia equivalente. Isto obriga os professores a elevar a sua carga horária.

**5.8.3** - A superlotação das salas de aula, a obrigatoriedade da extensão das jornadas, a convivência diária com a violência na escola e seu entorno fazem com que a categoria se veja submetida a casos sistemáticos de estresse, depressão e da Síndrome de Burnout, situação em que o profissional desenvolve uma relação apática com o ofício.

**5.8.4** - As doenças ocupacionais não se restringem, porém, aos danos psicológicos. Tendinites, bursites, disfonias, disfunções ortopédicas e problemas circulatórios fazem parte do dia-a-dia do professor.

**5.8.5** - No tocante à jornada de trabalho dos funcionários de escola, além de extensa, existe a sobrecarga de trabalho, notadamente físico, nos casos de limpeza, alimentação e segurança. O manuseio de produtos químicos e a carência de equipamentos de proteção fazem do exercício profissional uma jornada insalubre e periculosa.

**5.8.6** - A cada ano, o número de readaptações e de afastamentos de servidores por doença aumenta. Restringir o tratamento ou instituir mecanismos que vinculem ganhos pecuniários à permanência no local de trabalho, que levam o funcionário a trabalhar, inclusive doente, gera problemas crônicos e, conseqüentemente, readaptações definitivas. Precisamos avançar no debate sobre a promoção da saúde do trabalhador e não punir aqueles que ficam doentes.

**5.8.7** - A solução está relacionada às formas de prevenção e à melhoria das condições de trabalho: jornadas extensas – dupla jornada de trabalho do professor; agentes escolares com subempregos; número excessivo de alunos na escola, ocasionando estresse para o professor e sobrecarga para os agentes escolares na limpeza e na alimentação servida; estrutura de prédios e equipamentos inadequados e antigos, obrigando o funcionário a se adequar à estrutura; riscos como biológicos, ruídos, químicos, ergonômicos, iluminação inadequada, gases e falta de condições térmicas (escola de lata); insegurança – a violência é uma realidade cotidiana nas nossas escolas, com alunos, professores e equipe técnica sofrendo desgaste diário. Todos estes fatores contribuem para o adoecimento e aquisição de doenças profissionais.

**5.8.8** - Condenar o profissional de educação à falta de uma política de prevenção é condená-lo ao adoecimento. Penalizá-lo por estar em licença para tratamento da saúde é bárbaro e ilegal.

**5.8.9** - A instalação nas unidades de Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas) é um recurso imprescindível para a categoria levantar dados precisos sobre as precárias condições de trabalho e ajudar o sindicato a combater por soluções. Para isto, é preciso que haja um permanente diálogo entre as Cipas e o SINPEEM, com cursos de formação e orientações diretas do sindicato que ajudem a organizar a intervenção nas unidades.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **ROSÂNGELA CASTRO E OUTROS – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS**

#### **5.8.10 AO 5.8.14:**

**5.8.10** - A implantação de um Plano de Assistência Médica, dando possibilidade ao servidor (ativo/aposentado) a optar por um plano de saúde e não ficar dependendo exclusivamente do Hospital do Servidor, como é atualmente.

**5.8.11** - Sabemos que o atendimento na rede pública da saúde está aquém do ideal desejado e com os servidores da rede municipal não é diferente. São meses de espera para marcar consultas, longas filas no Hospital etc. Além da falta de uma descentralização eficiente do HSPM de atendimento médico para os servidores que moram em regiões mais longínquas do centro da Capital.

**5.8.12** - Poucos são os servidores que têm o seu próprio plano de saúde, haja vista que, a grande maioria não tem condições de arcar com tal custo devido aos baixos salários.

**5.8.13** - Sendo assim, em virtude de toda esta problemática, a proposta que apresentamos para viabilizar a implantação deste projeto, é que o governo municipal fizesse parcerias com empresas conceituadas no ramo como: Amil, Unimed, oferecendo assim uma

**opção com qualidade no sentido de amenizar os atuais problemas estruturais de atendimento na saúde do servidor. E sendo um plano opcional , portanto, não obrigatório, uma parte poderia ser custeada pelo Servidor, ou seja, para quem optasse pelo Plano de Saúde, como sugestão , seria descontado ( 3% do salário padrão), o mesmo percentual quando era obrigatório o desconto do HSPM, e o restante, custeado pelo Governo.**

**5.8.14 - Portanto, além do HSPM, o servidor também teria a sua disposição o Plano de Assistência Médica opcional.**

### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 5.8.10:**

**5.8.10 - As doenças da pele (câncer, queimaduras de vários graus, manchas etc.) se fazem presente durante o trabalho dos professores de Educação Física nas quadras descobertas das unidades escolares da Prefeitura de São Paulo, modelo esse já ultrapassado e sanado pelas escolas do Estado de São Paulo.**

### **5.9 - DEFENDEMOS:**

- a) investimento na proteção, prevenção da saúde do trabalhador;
- b) descentralização do atendimento médico ambulatorial e com especializações, facilitando o agendamento de consultas e exames;
- c) modernização e ampliação da aparelhagem de exames por imagem e exames laboratoriais;
- d) estender o atendimento aos filhos de servidores, independentemente da idade, com deficiências físicas, mentais, auditivas e oftalmológicas;
- f) contratação por concurso de profissionais das diversas áreas da saúde para melhor atender aos servidores e seus dependentes;
- g) criação de equipes de multidisciplinares para atendimento domiciliar daqueles que estiverem impossibilitados de locomoção;
- h) criação do Programa de Assistência e Prevenção à Saúde do Servidor;
- i) nenhum desconto referente às ausências por licença saúde;
- j) devolução dos valores correspondentes à Gratificação por Desenvolvimento Educacional (GDE) e demais gratificações.
- k) saúde pública, gratuita, estatal e de qualidade para todos;
- l) reconhecimento das doenças do trabalho;
- m) não à privatização do Hospital do Servidor Público Municipal (HSPM) controle dos trabalhadores e servidores.

# EMENDAS ADITIVAS

## EMEF PROFESSORA MARILI DIAS – ACRESCENTAR A LETRA N e O:

- n) a cobertura das quadras poliesportivas para evitar as doenças provenientes do sol, bem como a possibilidade de se continuar o trabalho com os alunos durante os dias de chuva;
- o) a construção de duas ou mais quadras poliesportivas por unidade escolar para o atendimento à demanda de jovens iniciando as atividades esportivas.

## OPOSIÇÃO DE LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 5.10 AO 5.17

5.10 - Kassab continua o enxugamento do estado, aplica as PPPs, além de ter escancarado as portas das escolas para as ONGs). Prioriza a quantidade em detrimento da qualidade, superlotando as salas e aumentando o desemprego.

5.11 - A reestruturação da EJA, redução de turnos, fechamento de salas implicarão em mais desemprego para nossa categoria. Essa realidade continua, mesmo com a volta da grade como era em 2007, pois teremos as escolas-pólos.

5.12 - A reestruturação de carreira está na Lei nº 14.660. Assistimos à publicação de portarias, que regulamentam a lei e concretizam os ataques.

5.13 - Não há garantia de nada, podemos perder salas, jornada e acúmulo. Os ex-adjuntos estão entendendo o que significou a dita titularização, são agora os últimos na atribuição e vão para o módulo como “eventual”.

5.14 - A regulamentação da pontuação para evolução funcional ainda não foi publicada. O fato é que foi ampliada a carga horária dos cursos e que o Certificado de Valoração Profissional será considerado, dificultando qualquer melhoria salarial, pois não temos aumento real de salários. Tivemos a incorporação que serviu para abafar a mobilização dos trabalhadores e ser alardeada com aumento salarial na campanha eleitoral de 2008.

5.15 - Tudo isso regado a expectativas de aprendizagem e metas numéricas, para serem cobradas na avaliação de desempenho, que por sua vez, incidem em bônus. Estamos sendo punidos, pois cada ausência representa 10% a menos na GDE.

5.16 - Arelado a todos estes ataques, o quadro de apoio está rifado com o aval da diretoria do sindicato. É notório que o governo faz ainda mais a terceirização deste setor e não abre concursos. A evolução funcional deste segmento é uma enganação. O governo estipulou uma carreira fechada (com quatro níveis de referência) e restrita (só atingiu 6% dos trabalhadores do quadro de apoio).

5.17 - A direção defendeu a reestruturação para a categoria. Somente em greve, poderemos barrar os planos do governo de destruir com nossa carreira.

## FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ACRESCENTAR A LETRA N:

- n) organização de seminário sobre assédio moral.

# 6 - QUESTÃO SALARIAL

**6.1** - Mesmo com situação financeira favorável, comprovada pela elevação das receitas correntes do município anual, o governo Kassab se recusa, no geral, a atender às nossas reivindicações.

**6.2** - Fora a aplicação dos 20%, que deu início à incorporação das gratificações, criadas em 2006, mantém como política salarial permanente a concessão de abonos complementares, para mascarar os valores dos pisos profissionais, além de bônus e gratificações, vinculados à aferição de frequência e de desempenho profissional.

## EMENDA MODIFICATIVA

**FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ALTERAR INÍCIO DO PARÁGRAFO 6.2, FICANDO O TEXTO COM A SEGUINTE REDAÇÃO:**

**6.2 - A nossa greve de 17 dias em 2006 forçou o governo a atender algumas de nossas reivindicações salariais e embora não tenha concedido aumento salarial naquele momento, instituiu gratificações e com a mobilização e luta da categoria, parte destas gratificações foi incorporada neste ano corrente. É verdade que o governo ainda** mantém como política salarial permanente a concessão de abonos complementares, para mascarar os valores dos pisos profissionais, além de bônus e gratificações, vinculados à aferição de frequência e de desempenho profissional.

**6.3** - Com esta política, as carreiras e os ganhos pecuniários decorrentes de progressões funcionais são distorcidos, provocando a quebra do princípio de tratamento igual entre ativos, aposentados, readaptados e servidores em licença médica.

**6.4** - Diante desta política, não tem faltado clareza aos profissionais de educação quanto à necessidade de reagir, organizando as lutas por incorporação aos padrões de vencimentos de todas as gratificações, reajuste, reposição, aumento real e condições plenas para o trabalho.

**6.5** - A aplicação dos 20% neste ano e a inclusão em lei da aplicação de mais 17,5%, em duas parcelas, que resultará na incorporação, dentre outras, da Gratificação de Regência, foi uma grande conquista do SINPEEM, que revela o nosso compromisso em lutar pela carreira, sua valorização e uma nova política de salários que garanta reajuste, reposição, valorização dos pisos profissionais e aumento real de salários.

## EMENDA ADITIVA

### FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS) – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO 6.5.1:

6.5.1 - A campanha, feita pelo governo e pela mídia, de desmoralização do servidor público que vem ocorrendo nos últimos anos, na qual tem enfatizado a questão das faltas, seja ela da natureza que for (licença médica, falta abonada etc.) tentando colocar a população contra os educadores, não foi combatida devidamente pelo SINPEEM. Além disto, o governo utiliza como subterfúgio para aplicação da política de gratificações e em algumas unidades escolares, diretores têm se utilizado da Lei nº 8989/89 para penalizar funcionários e docentes. Um verdadeiro absurdo, pois não são consideradas as condições de trabalho em que estão submetidos os educadores e tão pouco as condições infra-estruturais para que se efetive a aprendizagem dos alunos. Temos de lutar contra toda e qualquer medida de punição aos profissionais de educação e realizar uma campanha em defesa dos serviços públicos, que apresente à população as reais condições de trabalho e de aprendizagem oferecidas para a comunidade escolar.

## EMENDA SUBSTITUTIVA

### CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 6.5:

6.5 - Os 37,5% de gratificação foram arrancados com a greve de 2006. A direção majoritária do SINPEEM se valeu dessa conquista para barganhar, junto ao governo, a reestruturação da carreira, que significou corte de direitos para a classe, mediante a incorporação de 20%.

### 6.6 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:

- a) alteração da lei salarial, com ampliação do percentual para despesas com pessoal;
- b) reajuste, reposição e aumento real de salários para todos os servidores ativos e aposentados;
- c) fim da política de abono complementar, gratificações e bônus;
- d) incorporação das gratificações aos padrões de vencimentos dos servidores ativos, aposentados, readaptados e comissionados;
- e) aplicação de todos os direitos funcionais previstos em lei;
- f) pagamento dos precatórios alimentícios atrasados;
- g) pela defesa do nosso plano de carreira e da nossa jornada;
- h) pelo aumento real de salários com reposição das perdas;
- i) pelo direito irrestrito de greve.



## **EMENDA ADITIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – ACRESCENTAR AS LETRAS J e K:**

j) salário mínimo vital;

k) assembléia imediata.

## **EMENDAS SUBSTITUTIVAS**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR AS LETRAS B, G e H:**

b) reajuste por meio da Escala Móvel de Reajuste Salarial e aumento real para todos os servidores ativos e aposentados;

g) revogação do atual Plano de Carreira (Lei nº 14.660/07);

h) reposição integral de todas as perdas salariais dos governos Maluf, Pitta, Marta e Kassab;

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **OPOSIÇÃO DE LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 6.7 AO 6.13:**

6.7 - Veja o que significou a incorporação. Mesmo que fosse integral e imediata não resolveria o problema. Haveria ainda assim que conquistar reajuste real de salário de acordo com a inflação e um plano de reposição das perdas.

6.8 - Nossa política salarial não pode estar atrelada à receita do município, pois nós não fazemos o controle da arrecadação. Assim, ficaria fácil justificar a falta de verbal. Como também não podemos atrelar nossa política salarial à lei de responsabilidade fiscal. Só serve aos governos com seus planos de redução das funções do estado.

6.9 - Não devemos acreditar a que o nosso campo de atuação seja o Legislativo e o Judiciário. Historicamente, sempre que deixamos o campo da luta direta, não houve conquistas.

6.10 - A direção do Sinpeem colabora com o governo, negociando migalhas e aceitando todos os ajustes da prefeitura.

6.11 - Sem a luta direta, principal forma de luta, essa direção revisa o caráter do sindicato, pois, apresentam, apenas formação e campanhas. Há que lutar por sindicato de luta e classista.

6.12 - Devemos reabrir a campanha salarial. Esse Congresso tem que aprovar um plano de lutas que aponte o caminho para as nossas reivindicações. Só negociar com o governo, sob a régua da luta direta.

**6.13 - Frente a todos os ataques dos Governos Lula/Kassab/FMI, devemos retomar nossa Campanha Salarial e organizar a GREVE, como único instrumento que poderá barrar tais ataques e trazer vitórias à categoria.**

## **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 6.7 AO 6.10:**

**6.7 - A história de luta dos profissionais de educação tem mostrado que não é possível confiar em nenhuma proposta de mudança na carreira, qualquer que seja o governo. Os ataques não vieram somente pelas mãos de Maluf (PP), Pitta (PP), mas também de Marta (PT) e continuaram com Serra (PSDB) e Kassab (DEM), o fantoche tucano.**

**6.8 - A destruição da carreira e o início da privatização da educação com a contratação de terceirizados a partir dos serviços de limpeza, merenda, vigilância e educação infantil é um efetivo sinal de desmantelamento da educação.**

**6.9 - Após anos de arrocho salarial não houve reposição de perdas, a incorporação das gratificações parceladas em três vezes até 2010 não repõe as perdas salariais acumuladas nos últimos anos, por isso**

### **6.10 – DEFENDEMOS:**

- a) INCORPORAÇÃO das gratificações sem retirada de direitos;**
- b) lutar por: reposição das perdas e reajuste real de salário;**
- c) UNIFICAR O FUNCIONALISMO MUNICIPAL E ESTADUAL PARA BARRAR OS ATAQUES DOS GOVERNOS SERRA/KASSAB.**

# **7 – QUESTÃO SINDICAL**

## **7.1 – BALANÇO DA ATUAÇÃO DO SINPEEM: LUTA PELA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DIREITOS**

**7.1.1 - Durante o 18º Congresso do SINPEEM, em setembro de 2007, fizemos a avaliação de todo o trabalho realizado pelo sindicato no período anterior, as mobilizações, negociações e os resultados alcançados.**

**7.1.2 - Na ocasião, a reestruturação da carreira esteve no centro da discussão. Foram discutidas e aprovadas as nossas reivindicações e feito o balanço da atuação da Diretoria nas negociações com o governo.**

**7.1.3 - Além de reafirmar a defesa da nossa carreira, de todos os nossos direitos e a luta pelo atendimento às nossas reivindicações, os delegados também aprovaram, como questão prioritária, a luta pela incorporação das gratificações e o restabelecimento da isonomia entre ativos, aposentados e readaptados.**

**7.1.4** - Encerrado o processo de negociação e aprovação da Lei nº 14.660/07, do qual tivemos participação ativa, podemos afirmar que conseguimos impedir o governo de levar adiante várias de suas propostas que implicariam na destruição da nossa carreira e da Jornada Especial Integral (JEI).

**7.1.5** - Preservamos os mecanismos de desenvolvimento na carreira e avançamos com algumas conquistas que têm importância estratégica na organização do ensino e maior profissionalização do magistério.

**7.1.6** - São exemplos destes avanços e conquistas:

- a) organização da carreira do magistério em classe única docente e classe de gestores;
- b) transformação do adjunto, com a garantia da jornada do cargo docente e lotação na unidade escolar;
- c) mudança das antigas denominações dos cargos docentes para professor de educação infantil (CEI), professor de educação infantil e fundamental I e professor de ensino fundamental II e médio;
- d) permanência dos agentes escolares e auxiliares técnicos de educação (ATEs) no Quadro dos Profissionais de Educação;
- e) a Jeif como jornada docente opcional e o reconhecimento de todo o tempo no exercido em JEI, para efeitos legais;
- f) manutenção da composição da Jeif e as atribuições a serem realizadas nas horas adicionais;
- g) hora/aula com duração de 45 minutos, independentemente da quantidade de turnos da unidade e tempo de permanência do aluno na escola;
- h) vinculação do valor da hora/aula ao tempo de sua duração;
- i) fixação da duração da hora/aula e seu valor, exclusivamente por aprovação em lei; enquadramento por evolução funcional considerando como critérios opcionais para os profissionais de educação;
- j) tempo na carreira, títulos e tempo/título combinados; ampliação de 10 para 14 referências na tabela do quadro de apoio;
- k) realização de concursos para docentes, gestores e pessoal de apoio sempre que existirem 5% de cargos vagos;
- l) concurso por acesso para a classe II da carreira do magistério, evolução para o quadro de apoio;
- m) possibilidade de o professor de educação infantil (CEI) transformar cargo e atuar em Emei;
- n) manutenção do vínculo dos comissionados e sua inclusão, por opção, à nova jornada docente;
- o) manutenção do direito do docente escolher turno/classes/aulas.

**7.1.7** - Com a aprovação da lei, lutamos para que a sua regulamentação e implementação não causasse prejuízos para os profissionais de educação e desorganização para as unidades.

**7.1.8** - O processo de escolha/atribuição dos ex-adjuntos ocorreu em duas etapas e, graças à intervenção do SINPEEM, conseguimos impedir exonerações por incompatibilidade de horário.

**7.1.9** - Não conseguimos tudo que reivindicamos, mas, é certo que a atuação do SINPEEM foi determinante, como tem sido para obter algumas conquistas e evitar que o governo imponha a maioria de suas decisões políticas e administrativas.

## **EMENDA ADITIVA**

### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 7.1.10 E 7.1.11:**

**7.1.10** - A defesa da CUT é uma questão central na defesa da classe trabalhadora no Brasil. A política de divisão patrocinada pela Conlutas, Intersindical e agora pela CTTB (CSC - PC do B) é uma ofensiva para atacar a resistência dos trabalhadores na luta por seus direitos e conquistas. O PL 1990, editado pelo Governo Lula, que estabelece o reconhecimento das Centrais Sindicais, mantendo a unicidade e o imposto sindical alimenta a criação das centrais e é contraditório com o que a CUT sempre combateu, ou seja, pela ratificação da convenção 87 da OIT.

**7.1.11** - O SINPEEM, filiado à CUT e à CNTE, não pode ficar alheio e deve combater para que a CUT sirva como instrumento independente de patrões, governos e partidos, assim como deve combater contra a divisão da classe trabalhadora.

### **7.2 - LUTA OPORTUNA E VITORIOSA GARANTE INÍCIO DA INCORPORAÇÃO**

**7.2.1** - Certos de que a inclusão da incorporação das gratificações na lei da reestruturação daria ao governo condições para transformar os ganhos judiciais em Vantagem de Ordem Pessoal (VOP), acarretando prejuízos na remuneração de milhares de profissionais de educação, taticamente resolvemos deixar esta questão para ser tratada este ano e em lei específica. Tivemos êxito, com esta tática.

**7.2.2** - Em fevereiro deste ano, ratificamos a pauta de reivindicações na reunião de representantes. Em seguida, entregamos o documento ao governo e iniciamos as pressões para que tudo fosse resolvido antes da vigência do período eleitoral, iniciado em 08 de abril.

**7.2.3** - A forma planejada com que organizamos e desenvolvemos a campanha salarial e a luta e a participação em todas as reuniões com o governo resultaram em grande conquista para a categoria: a aplicação de 20% sobre os padrões de vencimentos de todos os profissionais de educação e a aprovação de mais 17,5% (a serem pagos em duas parcelas), que deram início ao processo de incorporação das gratificações, criadas em 2006.

**7.2.4** - Fato que merece destaque, por ser conquista única neste cenário em que os governos de diferentes Estados e Municípios intensificam a aplicação de gratificações e bônus por mérito.

**7.2.5** - Com o início da incorporação que conquistamos, ganharam todos os profissionais de educação que estão em exercício, inclusive os readaptados, aposentados e pensionistas.

### **7.3 - PRESSÃO FORÇA NEGOCIAÇÕES**

**7.3.1** - O SINPEEM sempre combinou a realização de lutas com a participação nos diferentes fóruns de discussões e negociações, por acreditar que não existem concessões de governo ou do patrão, mas conquistas, fruto da pressão organizada e unitária da categoria. Com este entendimento e prática, continuamos firmes na luta pela volta da grade anterior da Educação de Jovens a Adultos (EJA), pelo atendimento à toda a demanda no ensino regular e de EJA, redução da quantidade de alunos/crianças por classe/turma, expansão da rede física contra as terceirizações, recesso para os CEIs, entre outras importantes reivindicações aprovada pela categoria.

**7.3.2** - Temos muito a ser defendido e conquistado. Temos, também, a certeza de que a unidade e o fortalecimento da categoria e a atuação autônoma, independente e de luta, marcas do nosso sindicato, são imprescindíveis para que isto aconteça.

**7.3.3** - Por tudo que realizamos, podemos afirmar que o SINPEEM é a única entidade sindical de servidores que atua no ensino municipal e no funcionalismo da nossa cidade, com capacidade de organização, mobilização e luta. A única a obter conquistas que, comparativamente, têm grande importância estratégica e maior valor, até mesmo quando comparada com o obtido por sindicatos maiores, que atuam em outras redes, como a estadual de São Paulo.

## **EMENDA ADITIVA**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA – ACRESCENTAR O PARÁGRAFO**

#### **7.3.4:**

**7.3.4 - O SINPEEM deve ter como princípio a independência de classe e não permitir que governos interfiram nas suas ações, mantendo o método da ação direta e a defesa dos direitos da categoria. Porém, a direção majoritária tem uma prática de colaboração com o governo. O presidente da entidade, vereador pelo PPS, base aliada de Kassab/DÉM, apoiou Kassab explicitamente, participando de manifestações. A independência do SINPEEM está comprometida: ou se está ao lado dos trabalhadores ou se está ao lado do governo.**

## **EMENDA SUPRESSIVA**

### **ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – SUPRIMIR O PARÁGRAFO 7.3.3.**

#### **7.4 - PROPOSTAS E ENCAMINHAMENTOS:**

- a) defesa do sindicalismos classista, de massa, de luta e democrático;
- b) manter o posicionamento sindical autônomo frente a qualquer governo e aos partidos políticos, mediante constante mobilização para pressionar por nossos direitos e reivindicações;

- c) fortalecer o representante de escola, realizando curso e seminários de formação sindical;
- d) participar das lutas organizadas pela CNTE em defesa da educação pública e dos e dos direitos e reivindicações de seus profissionais;
- e) organizar cursos tanto para atender a necessidade da formação sindical, educacional e funcional da categoria, quanto para pontuação para efeitos de enquadramentos por evolução funcional;
- f) promover ações que estreitem ainda mais as relações entre todos os integrantes do Quadro dos Profissionais de Educação, demais servidores públicos e trabalhadores em geral;
- g) continuar lutando pelo direito da negociação coletiva e pelo amplo direito de greve, manifestação e expressão;
- h) lutar contra a intervenção do Poder Judiciário na organização e calendário de atividades do sindicato, como ocorreu no dia da eleição para a Diretoria;
- i) lutar contra a cobrança do Imposto Sindical compulsório, instituído por Ordem Normativa do Ministério do Trabalho e em caso de desconto que seja devolvido pelo SINPEEM, para todos os que são associados.
- j) propor à CNTE e à CUT, que retomem seu caráter classista, propondo e organizando as lutas que interessam aos trabalhadores.
- k) propor à CNTE e à CUT, que realizem um movimento nacional em defesa dos serviços públicos e contra as terceirizações.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA – ACRESCENTAR AS LETRAS L a R:**

- l) afastamento do presidente do SINPEEM enquanto cumprir mandato num partido aliado ao governo;**
- m) assembléias regulares;**
- n) prestação de contas minuciosa à categoria, inclusive dos dirigentes;**
- o) combate à discriminação, nenhum diretor poderá usar o aparato sindical para uso pessoal;**
- p) o diretor liberado, que recebe da entidade, e faltar sem justificativa, terá o seu dia descontado;**
- q) organizar rodízio de diretores afastados;**
- r) assembléia geral da categoria para decidir as condições de trabalho dos diretores da entidade.**

## **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR AS LETRAS L e K:**

l) promover plebiscito na base da categoria sobre a desfiliação da CUT. Propomos amplo debate na base da categoria do contexto das lutas e o total atrelamento desta entidade ao governo Lula;

m) reafirmar os Congressos anuais do Sinpeem, pois é um dos espaços de debate da categoria que foi conquistado com muita luta;

## **OPOSIÇÃO DE LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 7.5 A 7.7**

7.5 - A chamada a reestruturação da carreira e a incorporação são um verdadeiro engodo. Sofremos uma enxurrada de portarias, que nos tiraram direitos conquistados na luta. Incorporação não trouxe ganho salarial real, nossa renda continua a mesma e continuará congelada até 2010. Diminuirá ainda mais, a inflação está posta com a crise econômica. Ela é real, nosso “aumento” é fictício. A reestruturação da carreira não garantiu aos ex-adjuntos os mesmos direitos do titulares. Perdemos alguns direitos da evolução funcional.

7.6 - As direções da CUT, CONLUTAS, Isolam e contêm as lutas, avalizando os ataques aos direitos dos trabalhadores. Priorizando o campo eleitoral.

7.7 - Com a direção do Sinpeem não é diferente. Abdica-se totalmente da luta, em função do projeto eleitoral do seu presidente. Neste último período não tivemos nenhuma mobilização. Precisamos fortalecer as assembléias, reconstruir nossa capacidade de luta da categoria e por fim a todos os ataques.

## **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 7.3.5:**

7.3.5 - Conforme determina o estatuto, a prestação de contas deve ocorrer até 30 dias antes da eleição da Diretoria. A composição do Conselho Fiscal não respeita a proporcionalidade, sendo formada apenas por membros do grupo Compromisso e Luta. Esta postura é muito ruim, pois não permite a fiscalização e transparência no controle das contas do sindicato. Defendemos um Conselho Fiscal plural/proporcional, democracia e transparência nas finanças do sindicato.

## **PROFESSOR JOSÉ RANDO DIAS – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 7.5 AO 7.5.4:**

### **7.5 – IMPORTÂNCIA DOS REPRESENTANTES SINDICAIS**

7.5.1 - Repensar o papel dos representantes sindicais passa a ser fundamental, pois eles podem, juntamente com os grupos que representam, propiciar novos procedimentos e, principalmente, novas formas de refletirem quanto a uma atuação mais ampla e significativa.

7.5.2 - Além do papel de informes e de promover algumas outras situações, passariam a socializar uma proposta de criação de atuações bimestrais e semestrais que permitiriam a criação de um calendário político sindical, que agregassem situações junto ao alunado e a comunidade.

7.5.3 - A partir dessa programação, novos horizontes se desdobrarão, inclusive com algumas importantes conquistas como:

- a) surgimento de novas lideranças e colaboradores, inclusive em parceria com pais e alunos, a comunidade em ação presta colaboração;
- b) reflexões e práticas atualizadas no terreno da militância sindical;
- c) resgate da confiança e credibilidade da população, no que diz respeito às condições de trabalho e salários, reuniões de pais precisa ser repensada.

7.5.4 - As estratégias deverão respeitar a autonomia de cada unidade escolar, mas versarão em três importantes frentes:

- a) pensar os planejamentos semestrais e de aulas como momentos de conscientização política, alguns pensamentos que traduzam e façam refletir quanto a nossa situação política social.
- b) agir localmente para ter força no global das ações que visem melhorar nossa educação e sociedade;
- c) aglutinar forças e novos apoiadores, pois, juntos somos mais fortes.

## **EMENDAS SUBSTITUTIVAS**

**COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CITE) – SUBSTITUIR AS LETRAS C, D, F, J e K:**

- c) pela efetiva implementação das subsedes, com autonomia política e financeira em cada D.R., eleita pela base da categoria, de forma direta, conjuntamente com o Conselho Geral, com proporcionalidade direta e qualificada, com a realização de cursos e seminários de formação sindical, para fortalecer o RE;
- d) propor plebiscito na base para a desfiliação da CUT e da CNTE e questionar qual seu papel no movimento sindical;
- f) lutar pela unidade, com todas as entidades dos funcionalismos públicos municipais e estaduais e trabalhadores em geral;
- j) propor debate com a base do Sinpeem sobre o papel da CUT e da CNTE no atual movimento sindical, sob avaliação das lutas dessas entidades na atual conjuntura, denunciando o apoio às reformas neoliberais dos governos;
- k) proposta de ampliar a inserção da representação do Sinpeem nas atividades organizadas pelo movimento sindical, através da criação de fórum de debates, juntamente com a Conlutas e Intersindical para debater sobre os rumos do movimento sindical classista e a necessidade de sua unificação.

**CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR TODO O ITEM 7:**

7 - Para regulamentar a Lei nº 14.660, Kassab impôs portarias e direitos foram arrancados. Os trabalhadores, isoladamente, lutaram em defesa da EJA, da manutenção dos turnos e da redução do número de alunos, reafirmando as reivindicações já aprovadas.



7.1 - A burocracia sindical traiu o movimento ao apoiar essa lei, em troca da incorporação de parte da gratificação (20%), já corroída pela inflação. A política de colaboração com o governo tem como consequência a destruição de conquistas. Para isso, usou de métodos antidemocráticos. As assembleias foram reduzidas, servindo para mudança no estatuto do sindicato. Cerceou a democracia sindical, impedindo setores de oposição de se manifestarem. Por isso, este congresso tem como tarefa restabelecer a democracia sindical em todas as instâncias do sindicato (autonomia das subseções); garantir a independência e autonomia sindical em relação ao governo e seus partidos e aprovar um plano de ação para enfrentar as medidas governamentais.

**ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – SUBSTITUIR A LETRA J:**

- j) participar da Marcha à Brasília chamada pela CUT em 3 de dezembro, exigindo de Lula medidas para revogação da LRF, dinheiro para os trabalhadores e não para a especulação.

**UNIDADE DE OPOSIÇÃO – SUBSTITUIR A LETRA C:**

- c) pela efetiva implementação das subseções, com autonomia política e financeira. Realização de cursos e seminários de formação sindical, para fortalecer o RE, que estes cursos tenham validade também para fins de evolução funcional.

## **EMENDA MODIFICATIVA**

**ALANI, FRANCISCO, NELSON E OUTROS – ALTERAR A LETRA I:**

*suprimir no final do item o trecho: os que são associados, ficando o item com a seguinte redação:*

- i) lutar contra a cobrança do Imposto Sindical compulsório, instituído por Ordem Normativa do Ministério do Trabalho e em caso de desconto que seja devolvido pelo SINPEEM para todos.

**UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ALTERAR A LETRA H:**

Acrescentar ao final do item o texto que segue:

- h) lutar contra a intervenção do Poder Judiciário na organização e calendário de atividades do sindicato, como ocorreu no dia da eleição para a Diretoria. **Lutar contra a Lei nº 14.660, que restringe o direito a organização sindical, com restrições à dispensa de ponto para as atividades do Sinpeem.**

# **8 - POLÍTICAS PERMANENTES**

## **8.1 - QUESTÃO RACIAL**

**8.1.1** - No Brasil, a idéia de uma história em que os conflitos se harmonizam passou a fazer parte do senso comum dos brasileiros e da cultura política do país, tendo sido veiculada pelos sucessivos governos, principalmente a partir da década de 40.

**8.1.2** - Incorporado por parte da maioria da população, o mito da “democracia racial” se tornou um enorme obstáculo para o embate das demandas e de questões étnico-raciais e sociais e um obstáculo para o movimento negro e outros seguimentos, como movimentos indígenas, femininos e homossexuais, que têm, por particularidade, a luta por uma identidade diferenciada e reivindicações específicas.

**8.1.3** - Hoje, as evidências do cotidiano são comprovadas pelas estatísticas e pesquisas conglomeradas de várias ordens, capazes de averiguar o fenômeno do racismo e da discriminação racial de toda sua complexidade e do perfil dos discriminados. Numa sociedade que não se considera racista, mas temos um país onde existe o racismo.

**8.1.4** - Em pesquisa da Universidade de São Paulo (USP), 97% dos entrevistados afirmam não terem preconceitos, mas 98% disseram conhecer algumas pessoas que manifestaram algum tipo de discriminação racial.

**8.1.5** - A questão é muito difícil para o último país das Américas a abolir a escravidão, em 1888. No entanto, assim como o nacionalismo é um limite, uma invenção, é preciso deixar claro que o racismo não se trata de um discurso ocasional.

**8.1.6** - O fato é que não se manipula no vazio e que, apesar de muitas vezes pragmáticos, rituais, ícones e representações nacionais dificilmente se impõem de forma apenas exterior.

**8.1.7** - Entender as marcas simbólicas do poder político significa perceber como é possível descobrir a intencionalidade da cultura política, além de atentar para o fortalecimento de um imaginário nacional, que buscou raízes nos ditos populares e em certa maneira particular de entender a cor e a raça.

**8.1.8** - Estamos diante, portanto, de representações que, além de estarem ancoradas na estruturas socioeconômicas mais imediatas, são partilhadas coletivamente, mesmo que reapropriadas segundo padrões nem sempre idênticos. E mais: neste processo a composição da população miscigenada sempre pareceu chamar a atenção.

**8.1.9** - No contexto atual, a respeito das características do racismo nacional e da extensão que separa de uma igualdade racial, vale a pena ressaltar o grande êxito dos movimentos negro e sindical pelas vitórias acumuladas ao longo das últimas décadas.

**8.1.10** - Há diversas conquistas, principalmente nas décadas de 80 e 90 do século XX, especialmente no que concerne as propostas educacionais, decisórias na transformação do agir da sociedade brasileira, que resultaram num movimento mais consistente e aguerrido. Através desta sua união foi derrotado, ao longo dos anos, o “mito da democracia racial”, por exemplo. Ocorreram debates se mobilizações na mídia, produções intelectuais e foram instituídas leis como a nº 10.639/2001. Posteriormente à reformulação na Lei nº 11.645/2007, universidades, escolas e

movimentos sociais passaram a buscar alternativas e novas propostas pedagógicas. Também impulsionaram o debate no âmbito nacional e dirimiram respostas para melhor obter sucesso na elaboração de material didático que contemplem os diversos grupos étnicos brasileiros.

**8.1.11** - No entanto, não se deve omitir que a história da Pedagogia e suas práticas nunca contemplaram os afro-descendentes no Brasil. Na elaboração dos diversos materiais com conteúdos que não apreciam as contribuições e propostas, a formação de uma educação crítica realizada por educadores discordantes da educação privilegiada aos valores eurocêntricos. Mentes infectadas por mentiras eurocêntricas, embasadas nos racionalismos e cartesianismos que apregoam nas formações acadêmicas a incapacidade dos não-europeus e ensinam a desenvoltura do saber surgido na Grécia e desenvolvido no mundo ocidental.

**8.1.12** - A pedagogia eurocêntrica é inserida a todo momento através da comunicação, especialmente do poder televisivo. A mídia se tornou o grande caminho da desconstrução das diversas tradições da oralidade ainda existentes e paradoxalmente de formação que invade os neurônios e afirma o projeto mistificador de uma pedagogia inclusiva de direito a todos, através de programas beneficentes de leis como cotas, retirando a palavra reparações da escravidão.

**8.1.13** - A idéia de diversidade cultural, pluriétnica e multifacetada demonstra etimologicamente que a maioria da população afro-descendente está fora do poder real. No entanto, apostamos na educação como o melhor caminho para a inserção de transformações imediatas que ampliem os horizontes na construção de um projeto político-libertador dos descendentes de africanos no Brasil.

## **EMENDA SUBSTITUTIVA**

### **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 8.1.9 AO 8.1.13:**

**8.1.9 - Os reformistas respondem a opressão dos negros com políticas de “reparação histórica”, como as cotas. Tal política não resolve a questão, uma vez que a raiz da opressão encontra-se na existência das classes e na divisão social do trabalho, que tem como base a propriedade privada dos meios de produção. Essa política é excludente, não permite a unidade dos trabalhadores negros e brancos pobres. Responder a opressão racial por meio do programa proletário.**

### **8.2 - DEFENDEMOS:**

- a) contra a privatização do conhecimento público;
- b) aumento de vagas das universidades públicas;
- c) ampliação de cursos no período noturno, que visem beneficiar alunos negros de baixa renda;
- d) que o SINPEEM realize debates sobre o Estatuto da Promoção da Igualdade Racial;
- e) pressionar o governo municipal a cumprir a Lei nº 10.639/2003, referente à introdução da cultura afro-brasileira no currículo do sistema municipal de educação.

# EMENDA SUBSTITUTIVA

## CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR O PARÁGRAFO 8.2:

**8.2 - trabalho e salário iguais; emprego a todos e fim de todas as formas de opressão.**

### 8.3 - QUESTÃO DE GÊNERO

**8.3.1** - A construção da história das mulheres tem sido edificada na luta cotidiana, rompendo com as estruturas sociais de dominação seculares de exploração e opressão social, política, econômica, cultural e familiar.

**8.3.2** - Historicamente as mulheres são as principais vítimas da pobreza, do salário mínimo, de fome, da ausência de políticas públicas, como educação, saúde e moradia e fazem parte da maioria dos desempregados imposta pelo capitalismo.

**8.3.3** - Essas diferenças de gênero foram transformadas em desigualdades sociais a partir de uma cosmo visão, originária de onde ainda prevalece a submissão feminina e a dominação masculina. Em vários âmbitos sociais a cultura do machismo é divulgada e imperativa nos comportamentos e modos embasados nas diferenças de sexo.

**8.3.4** - As diferenças de gênero, marcadas em nosso cotidiano aparecem de varias formas, através da violência, nos ambiente de trabalho e, até mesmo, assédio moral e/ou, sexual. Nos ambientes escolares e, principalmente, nos lares, onde se encontra os maiores índices de violência.

**8.3.5** - A partir das relações de poder, este mal está vinculado em todas as classes sociais, religiões etnias, independente do grau de escolaridade.

**8.3.6** - A implementação da Lei nº 11.340/2006 (a Lei “Maria da Penha”) é um instrumento legal em defesa da integridade física, moral e mental das mulheres brasileiras. A lei prevê medidas de proteção à mulher em situação de violência ou que corre risco de morte. Coíbe a violência doméstica e possibilita a prisão em flagrante do agressor.

**8.3.7** - No entanto, deve-se ressaltar o fenômeno da feminização nos últimos anos, com o advento da queda da fecundidade, o aumento da escolaridade feminina, a multiplicação de mulheres que são arrimo de família, o ingresso da mulher no mercado de trabalho e a mobilização sindical. Tudo isso tem contribuído para destacar a valorização sexista. Porém, a discriminação salarial e o desprestígio social ainda são marcos a serem combatidos para garantir autonomia e igualdade no mundo do trabalho.

**8.3.8** - A globalização, fenômeno de repercussão mundial, aumentou a competitividade nacional e internacional e implicou na perda de postos de trabalho, corte de produção, aumento da flexibilidade, terceirização e formas temporárias de emprego. Isto gerou desemprego, trabalho informal e, conseqüentemente, diminuição de poder de negociação. A maior individualização das relações de trabalho levou ao enfraquecimento do vínculo de solidariedade.

**8.3.9** - Não há dúvida de que as mulheres representam hoje, no Brasil, uma parcela significativa no mercado de trabalho. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu, enquanto a masculina caiu, no mesmo período.

**8.3.10** - Embora a participação das mulheres tenha crescido no âmbito da sociedade civil organizada, se faz necessário avançar nos espaços de decisão e nas instâncias de poder. A

chegada das mulheres às situações de mando reflete positivamente na conquistas de novos espaços públicos de decisão e interfere nas condições de desigualdade de gênero em nossa sociedade.

**8.3.11** - A negociação coletiva deve ser um meio de ação direta para a melhoria das condições de trabalho e remuneração das mulheres. Já as negociações específicas devem tratar de temas autônomos relativos à questão de gênero no mundo do trabalho: garantia relativa à gestação; a licenças-maternidade e paternidade; condições de trabalho; saúde; equidade de gênero e luta contra a violência às mulheres.

## **EMENDAS ADITIVAS**

### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 8.3.12 A 8.4:**

**8.3.12** - A luta pela ampliação da licença maternidade é uma bandeira histórica das mulheres trabalhadoras.

**8.3.13** - A lei não vale para as pequenas e médias empresas, pois o governo vetou a isenção fiscal para estas empresas, é aí onde estão localizadas 60% das mulheres que trabalham. Em São Paulo Kassab vetou a licença maternidade de seis meses, nas vésperas da eleição se apressou em apresentar novamente o projeto para ser votado na Câmara.

### **8.4 – DEFENDEMOS**

a) imediata aplicação da licença maternidade de seis meses obrigatória e garantida pelo Estado, pelo direito à maternidade. **8.3.12** - Foi aprovada no dia 13 de agosto, e sancionada pelo governo Lula no dia 10 de setembro, a extensão da licença maternidade de quatro para seis meses. Só que a licença maternidade será facultativa às empresas, ou seja, sujeita a negociação entre patrões e trabalhadoras, e garante a isenção fiscal.

### **COMPROMISSO E LUTA – ACRESCENTAR OS PARÁGRAFOS 8.4 AO 8.5:**

#### **8.4 - MULHER EDUCADORA**

**8.4.1** - Nós mulheres educadoras mesmo sendo parte integrante deste quadro social podemos contribuir para a alteração, mas para isso temos também que nos prepararmos, com maior conhecimento do nosso papel social, da legislação e meios institucionais de apoio e proteção à mulher.

**8.4.2** - O conhecimento e a cultura são imprescindíveis para que a mulher tenha condições de superar os desafios e conquistar espaço qualificado na sociedade.

#### **8.5 - PROPOMOS:**

a) propor à CNTE a realização o I Encontro da Mulher Educadora;

b) disponibilizar material que subsidie o trabalho nas escolas.

# EMENDA SUBSTITUTIVA

## **CORRENTE PROLETÁRIA – SUBSTITUIR OS PARÁGRAFOS 8.3.6 AO 8.3.11:**

**8.3.6 - Não somos contrários à lei Maria da Penha, mas alertamos que ela é incapaz de resolver o problema da mulher no seio do capitalismo. Sua efetivação depende da denúncia individual, quando o problema é social. As bandeiras: creches, salário mínimo vital, proteção à maternidade, legalização do aborto, bem como outros direitos dependem da luta de classe e da unidade de todos os explorados.**

## **8.4 - QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL**

**8.4.1 -** Nas décadas recentes, a relação entre a sociedade e o meio ambiente vem despertando preocupação e crescente interesse com a questão socioambiental.

**8.4.2 -** A questão ambiental do planeta define, justamente, o conjunto das contradições resultantes das interações internas dos sistemas socioeconômico e político, pautados pelo modelo de produção.

**8.4.3 -** São circunstâncias marcadas pelo conflito, esgotamento e destrutividade que se expressam: nos limites materiais ao crescimento econômico exponencial, na expansão urbana e demográfica; na disposição ao esgotamento de recursos naturais e energéticos não-renováveis; no crescimento acentuado das desigualdades socioeconômicas nacionais e internacionais, que alimentam e tornam crônicos os processos de exclusão social, no avanço do desemprego estrutural, na perda da biodiversidade e na contaminação crescente dos ecossistemas terrestres, entre outros. São fatos que afetam a qualidade e continuidade da vida humana no planeta.

**8.4.4 -** No entanto, a questão ambiental desvenda o retrato de uma crise pluridimensional, que aponta para a exaustão de um determinado modelo econômico na sociedade. Ao longo sistema capitalista, desajustado e desproporcional, tem criado mais problemas do que soluções, num contexto agravado por práticas de interesses pautados no caráter individual, na má-fé e na cobiça.

**8.4.5 -** Além disso, numa sociedade industrial podemos potencializar a destruição e o término dos recursos naturais que trazem à tona a fragilidade e a prosperidade do complexo vital civilizatório, despertando novos sentidos e oportunidades de vida e mudança.

**8.4.6 -** Os problemas significativos expressam um conjunto de contradições entre o modelo dominante de desenvolvimento econômico-industrial e a realidade socioambiental. Estas contradições, geradas pelo desenvolvimento técnico-científico e pela exploração econômica, se desvendam na degradação do ecossistema, levando, inclusive, ameaças à continuidade da vida.

**8.4.7 -** Os atributos deste processo podem ser observados nas várias faces das crises social e ambiental e têm gerado relações sociais em escala mundial, despertando a formação de uma consciência em torno das questões ambientais.

**8.4.8 -** Embora de formas diferenciadas, a consciência ecológica cresceu e, gradualmente, foi se materializando no seio da opinião pública, nos movimentos sociais, nos meios científicos, nas agências e políticas públicas, nos veículos de comunicação social, nos organismos e bancos internacionais, nas organizações não-governamentais, entre outros.

**8.4.9** - Deste modo, há uma preocupação temática com a ecologia política. A questão demográfica, a relação entre a desigualdade social e a degradação ambiental, a questão ética, as relações norte-sul e a busca de um novo modelo econômico não fazem parte da agenda das grandes potências.

**8.4.10** - As recomendações, como da Conferência de Estocolmo e o Protocolo de Kyoto, que constituem tratados internacionais, com compromissos rígidos para a redução da emissão de gases que provocam o efeito estufa, são atitudes que devem ser adotadas para buscar mudanças. São atitudes e comportamentos políticos para soluções ambientais.

**8.4.11** - Contudo, emergem critérios orientadores para o desenvolvimento da educação ambiental, que comportam uma ação libertadora da opressão atual. Neste sentido, enfatizados os aspectos técnicos e biológicos, se propõe o debate sobre a relação entre a educação e a questão ambiental através de concepções políticas e éticas, subjacentes na formação e na ação dos indivíduos e grupos envolvidos com a realidade socioambiental.

**8.4.12** - Com a necessidade de promover mudanças efetivas que garantam e promovam a qualidade de vida e combatam as ameaças que agredem o meio ambiente, o SINPEEM defende a estrutura e o conteúdo dos 40 capítulos da “Agenda 21” e o conjunto de princípios da “Carta Terra”, de valores fundamentais.

## **ASSINAM AS EMENDAS**

### **COMPROMISSO E LUTA**

Claudio Fonseca, Adelson Cavalcanti de Queiroz, Cleiton Gomes da Silva, Doroty Keiko Sato, Cleide Filizzola da Silva, Josafá Araújo de Souza, Mônica dos Santos Castellano Rodrigues, Patrícia Pimenta Furbino, Maria Cristina Augusto Martins, Nilda Santana de Souza, Teresinha Chiappim, Eliazar Alves Varela, João Baptista Nazareth Jr., Reni Oliveira Pereira, Myrtes Faria da Silva, Floreal Marim Botias Júnior, José Donizete Fernandes, Fidelcino Rodrigues de Oliveira, Júlia Maia, Lilian Maria Pacheco, Luzinete Josefa da Rocha, Marcelo Alves Nishikata e outros.

### **CORRENTE PROLETÁRIA**

Ana Paula Carvalho, Denise Assis da Silva, Dilma Corrêa de Oliveira e Elisângela L. Micheletti.

### **ROSÂNGELA CASTRO E OUTROS**

Rosângela Castro, Orlanda N. S. Lourenço, Ana Maria M. Ângelo Licori, Linda Jesus Reis Zanoni, Rita de C. Pagano de O. Ventura, Kátia Conceição Mamprin, Clóvis Reche, Márcia F. de Oliveira, Helena Miguel da Silva, Elilde Ramalho Campana, Vânia Álvares Paes, Fábio José da Silva, Juscelayne Maria D. da Silva, Maria Aparecida Nilézio, Viriato A. G. Francoso, Mônica C. dos Santos Bento, Maria Aparecida A. Azevedo, Marta de Camargo S. Figueiredo, Maria Cristina, Kátia Sirlene Limonte Victoriano e Sílvia Aparecida Santos Pereira.

#### **ALANI, FRANCISCO E NELSON E OUTROS**

Alani Widniczek, Nelson Galvão, Rogério Marinelli, Valna Widniczek, Francisco Donizeti da Silva, Luciana Zucchi, Mônica Mussi e Solange Souza Santos

#### **FRENTE DE OPOSIÇÃO SOCIALISTA (FOS)**

Miriam dos Santos Mattiuzzi, Marly de Almeida Lopes, Maria das Graças Teixeira de Matos, Evaldo de Assis Moreira, Verônica Maria da Silva, Sidnei Reinaldo dos Santos, Gicélia Santos Silva, Edivaldo Santos Nascimento, Ana Lúcia Barbosa Cerqueira, Elizama Sacramento, Rosilene Augusta Moreira dos Santos, Valdecy Maria dos Santos, Erivaldo Martins, Alexandre Pinheiro Costa, Marcos de Oliveira Soares, Júlio César Epifânio Machado, Marcos de Oliveira Soares.

#### **EMEF PROFESSORA MARILI DIAS (PIRITUBA)**

Sidney dos Santos Silva e outros

#### **COLETIVO INDEPENDENTE DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CITE)**

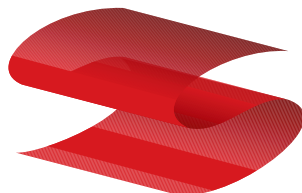
Rogério Marcos de Melo, Renato Rodrigues, Augusto César Giglio Rocha, Lívia Magdalena Ribeiro, Marcelino Fernandes, Marcos Vitorino da Silva, André Luis Pereira dos Santos, Ezequiel Balbino, Francisco Henrique, Gicele Aparecida Tobias, Vlademir Congo, Jorge Casanova Panesi, Mércia da Silva Rocha, Oséia Aparecida Martins, Ione Cerqueira Silva Álvares e Vlademir Congo.

#### **OPOSIÇÃO DE LUTA**

João Evangelista Domingues, Hélio Eduardo Franco, Sebastião Eduardo de Lira, Rosângela de Araújo Medeiros, Donizete Sudário e Sheila Andrade de Oliveira.

#### **UNIDADE DE OPOSIÇÃO**

Antonio Bonfim, Lourdes Quadros Alves, João Kleber de Santana, Almir Bento Freitas, Rogério Marcos de Melo, Sylvie Bonifácio Klein, Miriam H. Machado, Maria Hildete G. N. Rezende, Clarice Bonfim, Tomas Humberto Jabanj, Eduardo Terra Coelho, Paulo César Ribeiro de Moraes, Alessandro Rubens de Matos, Lívia Magdalena Ribeiro, Edson Silvino Barbosa da Silva, Regina Maria Tavares, Adriana Teixeira Gomes, Roseli Aparecida da Mota, Márcia Cordeiro Moreira, Gislene Lopes Bosnick, Romildo Rodrigues da Conceição, Andréa Maria de Lima, Marli de Almeida Lopes, Ezequiel Balbino, Gicele Aparecida Tobias, Silvana Marques, Marcos Vitorino Silva, Luiz Carlos de Freitas, André Luiz P. dos Santos, Renato Rodrigues dos Santos, Antônio Cavalcante Rego, Marcos de Oliveira Soares, Rosangela da Cruz Alves, Edith Batista Bria, José Carlos Carvalho de Lima, Alessandra Sitta, Marli de Almeida Lopes, Maria José da Silva, Laura Cymbalista, Rosemeire Cordeiro de Araújo, Graziela Neves Cardoso, Natanael Bispo de Souza, Maria Aparecida Santiago Maia, Janice Ferreira de Carvalho, Fabio Figueiredo Rezende, José Roberto Marques da Silva, Denilce Cruz Fernandes, Vitória Keiko Vassoler, Adriana de Carvalho Alves, Cloves Soares Louton, Maria Ap. Freitas Sales, Maria Emilia F. Moraes, Márcio Silva Batista, Fábio Ricardo dos Santos, Cláudio S. Souza, Eloize Paiva, José Maria de Andrade Filho, João Batista de Sá, Alexandre Pinheiro Costa e Carlos Eduardo P. Moraes.



**SINPEEM**  
SINDICATO DOS PROFISSIONAIS EM  
EDUCAÇÃO NO ENSINO MUNICIPAL-SP